

**Presidência da República
Secretaria de Relações Institucionais
Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social**

**CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
SOCIAL – CDES**

BALANÇO DE ATIVIDADES 2005

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	03
1 – Reuniões Plenárias	04
1.1 – 11ª Reunião do Pleno do CDES	04
1.2 – 12ª Reunião do Pleno do CDES	05
1.3 – 13ª Reunião do Pleno do CDES	07
1.4 – 14ª Reunião do Pleno do CDES	09
1.5 – 15ª Reunião do Pleno do CDES	11
2 – Proposições Aprovadas pelo Pleno do CDES	14
2.1 – Ampliação do Conselho Monetário Nacional	14
2.2 – Desindexação da Economia	14
2.3 – Micro e Pequenas Empresas, Autogestão e Informalidade	14
2.4 – Agenda Nacional de Desenvolvimento	15
3 – Principais Avanços do Governo Referentes ao Temário do CDES	16
3.1 – Combate à Desigualdade	16
3.2 – Formalização e Registro de Empresas	17
3.3 – Educação	18
3.4 – Infra-Estrutura	19
3.5 – Crédito para o Desenvolvimento	19
3.6 – Segurança Pública	20
3.7 – Gestão Macroeconômica	22
3.8 – Desindexação	23
3.9 – Política Externa	23
4 – Dificuldades e Desafios	24
4.1 – Infra-Estrutura de Transportes	24
4.2 – Desindexação	24
4.3 – Micro e Pequenas Empresas	25
4.4 – Construção Civil – Habitação e Saneamento	26
4.5 – Educação	27
4.6 – Financiamento do Desenvolvimento	27
4.7 – A Questão Gerencial	28
ANEXOS – Matérias aprovadas no Pleno	29

INTRODUÇÃO

O ano de 2005 foi muito relevante em termos de atuação do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social. A performance dos conselheiros mostrou-se significativa do ponto de vista dos assuntos abordados e debatidos, bem como dos resultados obtidos na forma de sugestões e moções para o Presidente da República. Sem dúvida, a construção da Agenda Nacional de Desenvolvimento – AND expressa e sintetiza a vontade dos conselheiros do CDES em assessorar não só o Governo do Presidente Lula, mas constituir a perspectiva de que o Conselho se torne efetivamente um instrumento de Estado, ou seja, um mecanismo efetivo de assessoramento técnico-político a diferentes governos, independente de coloração político-partidária. Nas palavras do Ministro Jaques Wagner, a AND revela “o compromisso com o Brasil, a disposição em dedicar tempo e esforço intelectual, o desprendimento e a capacidade de diálogo de nossos conselheiros”, o que “tornou possível uma construção coletiva da maior importância histórica”. A AND também estabelece um marco nas relações Estado-Sociedade e é um exemplo de participação democrática nos processos de governo.

Conceitualmente, a Agenda compreende “um conjunto de diretrizes estratégicas orientadoras das ações de todos os atores sociais empenhados em combater as situações que nos impedem de sermos o país que gostaríamos. A Agenda aponta o destino desejado, indica o que deve ser superado, estabelece os valores que selecionam e dão consistência às escolhas a serem feitas ao longo do percurso, para que os objetivos sejam alcançados. A agenda assinala o rumo a ser seguido, estabelecendo os compromissos a serem assumidos por todos os que se dispuserem a caminhar junto em busca do destino comum, participativa e democraticamente definido. Por isso, é dinâmica, se ajusta aos tempos, tem compromissos cumpridos e incorpora novos. É uma proposta de empreender a construção coletiva de um novo país”.

Durante o ano 2005 foram realizadas cinco reuniões plenárias com os seguintes temas: 1) Perspectivas 2005: Oportunidades de Desenvolvimento; 2) Micro e Pequenas Empresas, Autogestão e Informalidade, Moção sobre o Conselho Monetário Nacional, Agenda Nacional de Desenvolvimento; 3) Agenda Nacional de Desenvolvimento; 4) Segurança Pública Cidadã e Relatório do Grupo de Trabalho “Desindexação da Economia” e; 5) Política Externa. Nessas reuniões, o Pleno do CDES aprovou as seguintes proposições: Agenda Nacional de Desenvolvimento; Moção sobre Ampliação do Conselho Monetário Nacional; Relatório de Recomendações do GT Micro e Pequenas Empresas e Informalidade; e, Relatório do GT Desindexação da Economia. Tais proposições se assentam em intenso trabalho coletivo em grupos de trabalho, que envolveu vários conselheiros por diversos meses na busca de entendimentos comuns a assuntos cujo ponto de partida evidenciava posições divergentes e multifacetadas. Portanto, vale dizer que a importância das proposições não pode ser aferida tão somente pelo seu conteúdo, mas também, e principalmente, pelo amadurecimento das discussões e o tempo despendido no diálogo e na busca do consenso, como matéria-prima do exercício da democracia pautada na construção coletiva.

Neste documento estão sintetizadas as principais discussões realizadas nas reuniões plenárias do CDES, um resumo das proposições aprovadas pelo Pleno, um levantamento dos principais avanços do Governo Federal em relação aos temas presentes nas discussões do Conselho e as principais dificuldades e desafios que precisam ser enfrentados. Com isto, esperamos mostrar a importância do trabalho realizado pelo CDES de promoção do diálogo social e de acompanhamento, formulação e proposição de sugestões às políticas públicas e ao projeto de desenvolvimento nacional.

Anexo a este Balanço de Atividades, encontra-se as proposições aprovadas pelo Pleno do CDES e um CD que contém os documentos produzidos pelo Conselho em seus três anos de existência.

1 - REUNIÕES PLENÁRIAS

1.1 – 11ª Reunião do Pleno do CDES

O tema da 11ª Reunião do Pleno do CDES, realizada em 10/03/2005, foi “Perspectivas 2005: Oportunidades de Desenvolvimento”. Os trabalhos foram iniciados com a exposição do conselheiro Antoninho Marmo Trevisan sobre o andamento das atividades do GT Fundamentos Estratégicos para o Desenvolvimento, cuja tarefa principal é a coordenação do processo de elaboração da Agenda Nacional de Desenvolvimento - AND, iniciado em 2004, a partir de uma pesquisa realizada junto aos conselheiros para mapear aquilo que seria uma visão dominante de futuro para o Brasil. Em sua apresentação, o conselheiro deu um panorama geral do andamento das atividades dos três grupos de trabalho que tratam, cada um, de dois âmbitos problemáticos da AND.

A Conselheira Sônia Fleury apresentou proposta de moção recomendando a ampliação do Conselho Monetário Nacional. Para aprofundar os debates junto aos membros do CDES na busca de uma posição convergente sobre a proposta foi constituído um Grupo de Trabalho integrado pelos seguintes conselheiros: Gabriel Jorge Ferreira, João Carlos Gonçalves, Luiz Marinho, Márcio Artur Cypriano, Paulo Skaf, Rodrigo Costa da Rocha Loures e Sônia Fleury.

Nesta reunião também foram empossados os novos conselheiros Adilson Ventura, Avelino Ganzer, Dom Luiz Demétrio Valentini, Gisela Gorovitz, João Bosco de Oliveira Borba, João de Deus Duarte Rocha, Joênia Batista de Carvalho, Júlio de Aquino, Paulo Roberto de Freitas e Rodrigo Tolentino de Carvalho Collaço.

A abordagem do tema Oportunidades de Desenvolvimento ficou a cargo dos Ministros Antonio Palocci (Fazenda), Luiz Antonio Fernando Furlan (Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior) e José Dirceu (Casa Civil) que falaram dos avanços obtidos nos primeiros anos de gestão do governo do Presidente Lula. Ao comentar a exposição dos ministros o Conselheiro Abílio Diniz realçou as significativas melhorias na situação econômica do país, fruto de um trabalho bem feito na condução da política econômica, o que gerou um clima de confiança dos empresários brasileiros e internacionais. Segundo ele, apesar dos problemas com a elevada taxa de juros e o câmbio, o clima de estabilidade monetária e a queda da inflação favoreceram os mais pobres, que ainda foram beneficiados pela ampliação dos programas sociais. Aproveitou a oportunidade para solicitar que o governo se empenhasse para combater a informalidade e sugeriu que o equilíbrio fiscal não seja alcançado somente com o aumento da receita, mas também pela diminuição de gastos.

O Conselheiro Clemente Ganz Lúcio focou seu comentário nas questões vinculadas às desigualdades sociais, com ênfase na má distribuição de renda, na pobreza e na miséria e fez três propostas. A primeira diz respeito à construção na sociedade brasileira da prioridade máxima ao combate à desigualdade e à pobreza, sugerindo a criação de metas sociais, a exemplo das metas de inflação. O centro da meta social seria a promoção da equidade e deveria ser definido um mês em cada ano para se verificar se houve redução ou aumento da desigualdade social no País. A segunda proposta de ação consiste na implantação imediata de uma comissão quadripartite para definição de uma política de valorização do salário mínimo no longo prazo, que seja conhecida, acordada e pactuada com a nação brasileira. A terceira proposta recomenda que no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Industrial seja formulada uma política específica para a produção de bens semi e não duráveis que possuem um efeito muito dinâmico sobre o emprego e a renda, além do efeito multiplicador sobre os serviços, especialmente nas regiões metropolitanas.

O Conselheiro Oded Grajew sugeriu que o Presidente da República adote o combate à desigualdade como grande prioridade do seu mandato. Isto significa que as decisões de todas as áreas e níveis do Governo Federal sejam tomadas em função desta prioridade, que seria monitorada e avaliada permanentemente nos próximos quinze anos, a partir de um conjunto de indicadores. Em seguida, propôs a criação de um Observatório Brasileiro de Desigualdade formado pelo IBGE,

DIEESE e IPEA. O conselheiro conclamou, ainda, a classe política brasileira, o Poder Judiciário e a sociedade civil a instituir o combate à desigualdade como grande prioridade de suas ações.

1.2 - 12ª REUNIÃO DO PLENO DO CDES

A 12ª Reunião Plenária, realizada em 19/05/2006, abordou os seguintes temas: “Micro e Pequenas Empresas, Autogestão e Informalidade; Moção sobre a Ampliação do Conselho Monetário Nacional e Agenda Nacional de Desenvolvimento”. O primeiro ponto de pauta consistiu na apresentação do relatório do Grupo Temático da Pequena Empresa, efetuada pelo Conselheiro Joseph Couri que sublinhou a existência de um consenso da nação brasileira sobre a necessidade de ampliação da abrangência das políticas voltadas para a micro e pequena empresa, de forma a incluir a economia solidária e a autogestão. Para os integrantes do GT, o grande desafio das lideranças público e privadas é que hoje temos milhões de empresas na economia informal e milhões de trabalhadores que criam uma condição competitiva divergente e até mesmo uma concorrência desleal para quem está na economia formal, pois se empurra para a informalidade quem está formalizado.

O relato do Grupo aponta para a necessidade de acesso ao crédito da micro e pequena empresa, ressaltando a importância da criação de fundo de aval, seguros-garantia de operação financeira e outras formas de garantia. No que concerne ao apoio ao trabalhador da atividade informal, preconiza a necessidade de políticas de treinamento e capacitação, além de incluir a economia solidária no Simples. Considerando que é um pleito justo e honesto, propõe atender ao associativismo com alíquotas tributárias inferiores e a ampliação do microcrédito orientado e outras modalidades de crédito para a economia solidária e trabalhadores informais. Por fim, defende o direito de formalização daqueles que se encontram na economia informal por meio de novos marcos regulatórios sem incorrer nas armadilhas legais da área criminal atualmente em vigor.

O segundo ponto abordado na reunião foi o Pacto pela Erradicação do Trabalho Escravo no Brasil, trazido ao CDES pelo Conselheiro Oded Grajew. O Ministro Jaques Wagner destacou a importância do tema, lembrando que Relatório divulgado pela OIT (Organização Internacional do Trabalho) destaca o desempenho do Brasil no combate ao trabalho escravo. O texto ficou à disposição de todos os conselheiros que quisessem assiná-lo. O Conselheiro Eduardo Eugênio Gouvêa Viera manifestou concordância com os termos do documento e afirmou que o Pacto é uma forma de celebração de um novo destino para o Brasil como uma pátria de homens livres. O Conselheiro Oded Grajew ressaltou a importância do documento estar sendo apresentado no Conselho e afirmou que ao assinarem o documento, as pessoas se comprometem, entre outras coisas, a colocar cláusulas nos contratos de fornecimento, excluir fornecedores e clientes que não respeitem estes princípios, e dessa maneira estarão limpando a cadeia produtiva do trabalho escravo e degradante. Ainda sobre o mesmo tema, o Conselheiro Robson Andrade afirmou que a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais se sentia honrada em subscrever o documento e ressaltou que o Brasil vem enfrentando corajosamente o desafio de construir um país onde a justiça social seja direito de todos, assumindo com determinação e prioridade programas e ações que assegurem de fato a inclusão social.

O Ministro Luiz Fernando Furlan (Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior) fez uma apresentação detalhada sobre o projeto de lei que estabelece diretrizes para a simplificação do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, propondo a criação de uma Rede Nacional de Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM) e de um programa de modernização, mobilizando a sociedade na articulação de esforços nas esferas federal, estadual e municipal para a implementação deste projeto de lei, além da utilização intensiva de recursos tecnológicos.

A Conselheira Gisela Gorovitz afirmou que a proposta apresentada pelo Ministro Furlan visa reduzir a tramitação burocrática dos papéis necessários à constituição e encerramento de atividades das empresas, alcançando um universo de pequenas e médias empresas que representam

98% das empresas existentes no Brasil, 60% dos empregos, 43% da renda da indústria, serviços e comércio, que são o principal motor de arrecadação da maioria dos municípios brasileiros. A conselheira manifestou-se favoravelmente às mudanças sugeridas pelo projeto de lei, sobretudo no que tange a eliminação de certidões negativas. No entanto, discorda da criação do Termo de Ciência e Responsabilidade, uma vez que o restante da legislação já responsabiliza o cidadão no cometimento da infração. Além disso, há o princípio de conhecimento da lei publicada, portanto não há necessidade de mais um papel para dizer que o cidadão tem ciência e é responsável.

Nos seus comentários, o Conselheiro Luiz Otávio Gomes lembrou que o Presidente Lula, numa das primeiras reuniões do Conselho, afirmou que não queria que o CDES simplesmente concordasse com todas as propostas que o governo apresenta para a sociedade. Então, coerente com este pensamento o conselheiro ressaltou que o Projeto de Lei, apesar de ser muito importante e interessante para o setor produtivo, ainda não é o ideal. Consciente de que há o ideal e o possível, acredita que o Ministro Furlan trouxe para o CDES uma proposta do que é possível dentro da realidade brasileira, pois ainda existem muitos órgãos envolvidos com o registro e extinção de empresas e, portanto, ainda permanecerá um certo grau de burocracia no processo. Em seguida, na qualidade de presidente da Associação Ibero-americana de Câmara de Comércio apresentou um projeto alternativo, discutido no continente com o apoio do BID, que vem apresentado resultados significativos, especialmente na Colômbia, onde foi implantado em 1991.

O Conselheiro Paulo Safady Simão realçou a oportunidade de lançamento do projeto que, de maneira objetiva e integrada, define regras e procedimentos que simplificarão o ciclo de vida das empresas e tornarão o País mais competitivo, atraente e formal. Afirmou que as metas são ambiciosas, como reduzir o prazo de abertura de empresas para 15 dias, ou seja, colocar o Brasil no 3º lugar no ranking mundial, somente atrás dos Estados Unidos e Austrália. Trata-se de um desafio ousado, mas perfeitamente possível se houver engajamento dos agentes públicos e privados, diretamente ou indiretamente envolvidos com o tema. Aproveitou a oportunidade para reivindicar que as micro e pequenas empresas da construção civil sejam incluídas na revisão do Sistema SIMPLES.

O Ministro Jaques Wagner iniciou o processo de discussão e votação da moção que recomenda a ampliação do Conselho Monetário Nacional para até nove membros, com novos representantes do governo e representações do setor privado e da sociedade civil, assegurada a maioria aos membros do Governo Federal, destacando o processo democrático de diálogo que permitiu que a proposta fosse elaborada pelo Grupo de Trabalho responsável. A elaboração da moção foi uma sugestão da Conselheira Sônia Fleury e, posteriormente, analisada coletivamente por um Grupo de Trabalho instalado na 11ª Reunião Plenária do CDES. Durante o processo de discussão em plenário, o Conselheiro Roberto Egídio Setúbal manifestou-se contrariamente ao teor da moção afirmando que a ampliação do CMN com representantes de instâncias não governamentais politizará as decisões de política monetária, comprometendo a maior conquista do Brasil nos últimos tempos que é a redução da inflação para um dígito. Diversos conselheiros se manifestaram contrários à posição do Conselheiro Setúbal, ressaltando-se a argumentação do Conselheiro Antoninho Trevisan, que afirmou que não estava sendo discutida a ampliação do Conselho, porque o CDES já havia firmado posição favorável a isso. Logo, o que estava sendo colocado para aprovação era apenas a redação do texto. Após a manifestação de 14 conselheiros, o texto da moção foi colocado em votação, sendo aprovado por ampla maioria dos conselheiros, com apenas 9 votos contrários.

O ministro Jaques Wagner entregou aos conselheiros o texto preliminar da Agenda Nacional de Desenvolvimento, elaborado por uma Comissão de Sistematização formada pelos conselheiros Amarílio Macedo, Antoninho Trevisan, Clemente Ganz Lúcio, Gabriel Ferreira, Horácio Piva, José Carlos Braga, Pedro Ribeiro e Tânia Bacelar. Os sistematizadores farão reuniões com os grupos e terão a responsabilidade de absorver a opinião dos demais colegas. Para o trabalho de síntese das idéias e propostas finais dos conselheiros, que conformarão o texto final da Agenda, os sistematizadores contarão com a assessoria técnica da equipe da SEDES.

Além disso, o Ministro Jaques Wagner fez questão de evidenciar a complexidade do trabalho de elaboração da Agenda Nacional de Desenvolvimento, lembrando que o trabalho foi sendo aperfeiçoado ao longo do processo de debates, caso das diretrizes que foram reduzidas de 84 para 24. Ainda evidenciou a necessidade de aprofundamento de questões como o problema do desemprego e a Amazônia. O Ministro lembrou aos conselheiros que o mérito da construção da Agenda é ser fruto de um debate entre cidadãos e cidadãs brasileiras, que, a pedido do Presidente da República, buscam encontrar o caminho do desenvolvimento com crescimento, sustentabilidade e inclusão social.

1.3 - 13ª REUNIÃO DO PLENO DO CDES

O Ministro Jaques Wagner abriu a 13ª Reunião do Pleno do CDES, realizada em 25/08/2005, falando da recente Reforma Administrativa do Governo Federal e da ampliação das suas atribuições como Ministro-Chefe da Secretaria de Relações Institucionais, que cuidará das relações com os entes federados (estados e municípios) e com o Parlamento, além da sociedade civil, por meio do Conselho. Evidenciou que os conselheiros concluíram a elaboração da Agenda Nacional de Desenvolvimento - AND, resultado de intenso e dedicado trabalho de todos os membros do CDES por mais de um ano. A apresentação da AND ao Pleno foi feita pelos conselheiros José Carlos Braga, Horácio Lafer Piva e Clemente Ganz Lúcio.

O conselheiro José Carlos Braga iniciou sua apresentação dizendo que a primeira versão da Agenda Nacional de Desenvolvimento representa um primeiro produto do consenso dos membros do CDES que vai se aperfeiçoando ao longo do tempo com os debates e novas contribuições. Um dos seus méritos é trazer o tema do desenvolvimento de volta à pauta da sociedade brasileira. Lembrou que a implementação da AND demanda alguns requisitos, como: capacidade de ação coordenada e integrada dos governos; operação, em sintonia fina, dos Poderes da República; estratégica coordenação público-privada; uma política macroeconômica (monetária, cambial, fiscal – tributária) concebida e executada de forma consistente com os objetivos da Agenda. E mais: não basta dizer que essa política monetária seja consistente com o crescimento, porque a questão central numa economia subdesenvolvida ou em desenvolvimento não é só crescer. O Brasil já teve taxas de crescimento bastante expressivas nas décadas de 60 e 70, entretanto, várias marcas do subdesenvolvimento não foram apagadas, como sempre enfatizou o professor Celso Furtado. A superação das marcas estruturais do subdesenvolvimento requer algo além de crescimento. Requer que se pergunte que tipo de crescimento se deseja.

Na linha das variáveis importantes para o desenvolvimento, o conselheiro José Carlos Braga sublinhou alguns tópicos da AND: 1) a Comissão integrada por representantes do Governo Federal, dos setores empresarial e laboral, e presidida por conselheiro do CDES para preparar em 180 dias propostas de sistema público/privado de financiamento de investimento e de dinamização do mercado de capitais; 2) ampliação do Conselho Monetário Nacional. A moção foi encaminhada ao Presidente da República e sua evolução deve ser acompanhada pelo Conselho; 3) questão fiscal. É preciso equilíbrio fiscal a partir de uma nova estrutura tributária, cujas características, são progressividade, desoneração da cesta alimentar, partilha federativa. Portanto, o financiamento da economia brasileira como um todo passa por um quadro de responsabilidade fiscal no qual o dispêndio público, assim como a estrutura tributária, deve ter um perfil desenvolvimentista e um caráter distributivo.

O Conselheiro Horácio Lafer Piva afirmou estar convencido de que o CDES, junto com o Congresso Nacional, é uma das instâncias mais representativas do Brasil, por ser um corte institucional com a função de aconselhar o Presidente, o Executivo, com o desprendimento de quem quer olhar o país como protagonista. Em seguida, ressaltou o fato do País ter tido ciclos intermitentes de desenvolvimento, caracterizados por uma ciclotimia e uma volatilidade muito desgastantes. Em sua opinião houve avanços, mas muito aquém do potencial do País. O conselheiro

disse estar convencido de que o legado desse Governo seria conseguir tratar a questão do desenvolvimento com a idéia de desenvolvimento sustentável.

A apresentação do Conselheiro Horácio Lafer Piva focou-se nos objetivos da Agenda que tratam de infra-estrutura e financiamento do desenvolvimento. Os conselheiros do CDES estão absolutamente convencidos de que é preciso integrar o País através de uma estrutura orgânica. Sem uma infra-estrutura logística eficiente haverá perda de competitividade. Ao invés de alavancar recursos, o Brasil tem os desperdiçados. É preciso acabar com o desequilíbrio regional e permitir que a riqueza brasileira trafegue de todas as maneiras pelo território nacional (hidroviárias, aéreas, rodoviárias), e que possa, de alguma maneira, ir deixando um pedaço da sua mais valia em cada porção do chão nacional. Para que isso ocorra é preciso trabalhar a questão dos marcos regulatórios, de incentivos, de apoio e de uso de recursos do Tesouro, como a Cide. Com relação ao financiamento do desenvolvimento, o conselheiro evidenciou que existem muitos investimentos represados no Brasil, com custos financeiros inexequíveis. Por exemplo, no mercado de capitais, o sistema tributário assusta e torna o governo um sócio indesejável, ao invés de um parceiro. Há hostilidade nos instrumentos da política econômica e há disposição para discutir salários, fortunas, guerra fiscal, desoneração com contrapartidas definidas, grau de projeção, eficiência, eficácia, desde que haja compromisso com o resultado.

Coube ao Conselheiro Clemente Ganz Lúcio finalizar a apresentação dos objetivos da Agenda. Ressaltou, inicialmente, a visão de futuro que orientou a elaboração da Agenda: “Um país democrático e coeso, no qual a iniquidade foi superada, todas as brasileiras e todos os brasileiros têm plena capacidade de exercer sua cidadania, a paz social e a segurança pública foram alcançadas, o desenvolvimento sustentado e sustentável encontrou o seu curso, a diversidade, em particular a cultural, é valorizada. Uma nação respeitada e que se insere soberanamente no cenário internacional, comprometida com a paz mundial e a união entre os povos”. Sua apresentação foi focada nos objetivos da AND que tratam de desigualdade social

Sobre este objetivo, foram destacados quatro grandes diretrizes, quadro grandes projetos. O primeiro deles é a indicação de que a equidade seja um critério para presidir todas as ações públicas e, se possível, estender este apelo à iniciativa privada. É preciso, ainda, haver a produção de indicadores que permitam um monitoramento de metas que visem diretamente minorar a miséria e a pobreza. Uma outra ação bastante destacada foi a importância estratégica do investimento continuado na elevação da qualidade e da abrangência da escolaridade, seja na elevação média da escolaridade da população, seja no investimento em pesquisa e desenvolvimento. Uma mudança de patamar do ponto de vista de desenvolvimento da sociedade brasileira não será possível sem um forte investimento em educação.

O terceiro elemento destacado foi a importância de se ter uma visão da construção do pleno emprego, entendido como a capacidade de mobilizar as forças produtivas da terra, trabalho e capital no sentido da sua plena utilização, com o objetivo de gerar empregos e enfrentar a inclusão de todo o setor informal. Isto pode se dar pela instituição de programas e metas para a rápida redução do desemprego; pela discussão da carga tributária das micro e pequenas empresas e a contribuição previdenciária do trabalhador autônomo; pelo enfrentamento do problema da informalidade do trabalho e das empresas; pela discussão de longo prazo sobre a questão da previdência. É preciso tratar de forma clara nas negociações e nas políticas a questão da diferenciação de salários entre homens e mulheres e negros e não negros. É preciso um investimento na construção de políticas capazes de gerar emprego, entendendo por emprego uma prioridade absoluta para uma massa enorme de trabalhadores com baixa qualificação profissional.

A quarta questão destacada é a importância de uma política para o salário mínimo. Sobre a diretriz que determina que se torne a economia brasileira apta a incorporar todo o mercado interno potencial e capacidade inovadora, o conselheiro ressaltou a importância de se construir um acordo para o investimento e inovação sistêmico, visando o aumento da produção, do emprego, da produtividade, da qualidade e da competitividade. O CDES indica o Conselho de Desenvolvimento Industrial como espaço para o desenvolvimento deste acordo. O Conselheiro lembrou ainda que o

CDES já destacou a necessidade de uma política mais vigorosa para o investimento nas áreas de bens de consumo duráveis e não duráveis.

A Ministra Dilma Rousseff, que fez uma análise comparativa entre as diretrizes e os objetivos da AND e as políticas e programas que o Governo Federal está implementando, destacou a qualidade do trabalho da Agenda, além de sua abrangência e clareza de propostas. Na sua opinião, a AND é um instrumento importante na construção de um processo de pactuação e constituição de consensos possíveis estruturando as vertentes do crescimento sustentável e da inclusão social. Além disso, a Ministra ressaltou que grande parte das ações, realizações e desafios do Governo convergem com as propostas da AND.

Posteriormente, o texto da Agenda foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade, com a recomendação de encaminhamento ao Presidente da República como uma contribuição coletiva dos Conselheiros para um grande debate nacional sobre os rumos do desenvolvimento no País.

1.4 - 14ª REUNIÃO DO PLENO DO CDES

A 14ª reunião plenária do CDES, realizada em 05/10/2005, apreciou e debateu o tema Segurança Pública e Cidadã, um dos destaques da Agenda Nacional de Desenvolvimento, e os resultados do Grupo de Trabalho sobre Desindexação da Economia. Contou com uma apresentação do Ministro Márcio Thomaz Bastos que falou sobre as prioridades da Política Nacional de Segurança Pública.

O Conselheiro Eduardo Eugênio Gouveia discorreu sobre os graves problemas da segurança pública no Estado do Rio de Janeiro, trazendo dados e números alarmantes, como: 1) em 2004, mais de seis mil pessoas foram assassinadas no Rio de Janeiro (dados do Instituto de Segurança Pública do Governo do Rio de Janeiro); 2) a maioria dos assassinatos teve como vítimas jovens do sexo masculino, entre 18 e 24 anos, pobres, negros e moradores de áreas carentes. De acordo com o conselheiro, o estado de violência levou o Sistema Firjan (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro) a tornar-se parceiro do Ministério da Justiça, ao lado da ONU, no projeto Segurança Cidadã. A proposta desse projeto é disseminar novas políticas de gestão e segurança pública para as esferas estaduais e municipais. O projeto foi a primeira parceria público-privada firmada no Brasil na área de Segurança Pública.

O conselheiro Eduardo Eugênio mencionou ainda que o Sistema Único de Segurança Pública torna possível conciliar inteligência e informação suficiente e confiável. É também, a partir de uma estratégia nacional, que informações de boletins de ocorrência e estatísticas setoriais de criminalidade serão reunidas em um só banco de dados. A formação policial é outra prioridade, como a criação de modelos de capacitação e do sistema nacional de educação. Um resgate das forças policiais deve ser ampliado, e o exemplo a seguir é o que se realiza com sucesso na Polícia Federal. Também deve ser dada prioridade à solução para o problema carcerário. Outra preocupação manifestada pelo conselheiro são as atividades irregulares e ilegais, como o comércio ambulante, que proliferam nas cidades brasileiras. Grande parte das mercadorias oferecidas pelos ambulantes é proveniente do crime, contrabando, roubo, pirataria etc.

O conselheiro Rodrigo Collaço dedicou sua fala a uma breve análise das propostas apresentadas pelo CDES sobre segurança pública na Agenda Nacional de Desenvolvimento. O maior e mais detalhado conjunto de medidas procura responder à criminalidade tradicional, violenta, e intimamente ligada à pobreza. Dentre as infrações violentas, destacam-se os crimes contra o patrimônio, contra a vida e a formação de quadrilhas para o tráfico de drogas, que submetem comunidades inteiras ao jogo de chefes criminosos. Na avaliação do conselheiro, para o combate a essa espécie de criminalidade, são oportunas as recomendações para implantação do Sistema Único de Segurança Pública, a integração da polícia nos três níveis de governo com a sociedade civil, a promoção de uma cultura visando à paz, a desbanalização da violência, a

denúncia sistemática do preconceito e a difusão do respeito pelo outro. De igual modo, é fundamental a implantação de programas de educação para a cidadania, envolvendo a comunidade e a escola. O conselheiro Rodrigo Collaço destacou o fato de que Conselho percebeu que a resposta à criminalidade violenta não pode se restringir ao endurecimento da legislação penal ou ao agravamento das ações repressivas do Estado, mas, ao contrário, a solução reclama investimento na área social, especialmente em programas educativos.

Entretanto, o Conselheiro afirmou que o Conselho foi tímido ao abordar comportamentos socialmente danosos, adotados por alguns setores das classes dominantes, ligados à política e à economia. Essa conclusão decorre do fato de que a respeito da corrupção apenas um tópico de propostas foi recomendado ao governo via AND, que é a integração nacional da investigação e repressão às diversas modalidades de crime organizado e de corrupção. Para o conselheiro, a corrupção é uma forma particular de exercer influência ilícita, ilegal, ilegítima com o propósito de apropriação de fundos públicos para fins privados, que costuma ser um fator de reprodução do sistema e de instabilidade política, por favorecer os que já detém o controle de riquezas e do processo decisório estatal. Assim, a corrupção, por seu conteúdo de conservação do poder, tende à manutenção e ampliação das desigualdades verificáveis na sociedade. O conselheiro Rodrigo Collaço sugere que o Conselho avance mais na sugestão de que o Estado se adapte às exigências de combate à criminalidade contemporânea, rechaçando, por princípio, qualquer tipo de foro privilegiado, na medida que esse expediente tem servido de proteção a setores detentores de expressivo poder político e econômico. No mesmo sentido, é preciso pensar em um endurecimento penal voltado àqueles que praticam delitos no mundo das altas finanças, lesando um grande número de vítimas e abalando a organização econômica dos estados.

A conselheira Viviane Senna ressaltou em sua apresentação que, embora haja uma presença maciça de jovens na população brasileira, estes não foram preparados para o exercício da cidadania, não possuem uma escolaridade básica minimamente decente. Desta forma, estes jovens quando chegam ao mercado de trabalho se deparam com uma realidade extremamente restritiva do ponto de vista quantitativo, por conta das novas tecnologias, globalização, todos esses fenômenos estruturais, como também restritiva do ponto de vista da qualificação, que é cada vez mais exigida. Com isto, dá-se um encontro desastroso de uma enorme massa de pessoas chegando a um espaço social que não as preparou, como também não foi preparado para recebê-las.

A conselheira falou ainda de mortalidade, afirmando que “a morte tem um rosto jovem”, é causada por motivos violentos, como assassinato e tem um rosto masculino, porque 97% das mortes no Brasil são de rapazes. Os dados mostram que o jovem é a principal vítima, pois está sendo objeto de um extermínio. A conselheira concluiu sua apresentação, ressaltando que, contrariamente ao que a imprensa divulga, 90% dos delitos são cometidos por adultos e cerca de 10%, são cometidos por jovens, e estes casos, normalmente, são contra o patrimônio. Então a conclusão é esta: o jovem não é autor, ameaça e problema, mas a principal vítima, portanto o jovem não deve ser visto como parte dos problemas, mas como parte das soluções do País.

A segunda parte da reunião tratou do tema Desindexação da Economia, cujo relatório do Grupo de Trabalho foi apresentado pelo conselheiro Luiz Carlos Delben Leite. Participaram do Grupo de Trabalho os conselheiros Antoninho Marmo Trevisan, Clemente Ganz Lúcio, Fernando Xavier Ferreira, Jorge Nazareno, José Antonio Moroni, Márcio Cypriano, Maurílio Biagi Filho, Paulo Godoy e Paulo Vellino. Além de representantes dos Ministérios de Minas e Energia, Fazenda e Comunicações e também das agências reguladoras de diversas áreas que trouxeram suas contribuições e permitiram o aprofundamento do tema. A partir deste fecundo trabalho de debate, os conselheiros puderam concluir que a indexação pelo IGP dos preços administrados, de uma maneira geral, contém uma participação muito pesada dos índices de preços para o atacado, no caso 60%, onde, portanto, o dólar tem uma influência muito grande e têm uma fraquíssima relação com os custos dos setores envolvidos, uma vez que não trazem na sua concepção os elementos básicos da evolução desses custos. Esta indexação trouxe ainda sacrifícios à sociedade, tendo em vista que a indexação contribuiu, sobremaneira, para que os índices inflacionários fossem maiores do que

aqueles projetados pela sociedade e pelo próprio governo. Outro fator negativo é a homologação da inflação passada para o futuro.

Segundo o conselheiro Delben Leite, ficou patente para os membros do Grupo de Trabalho que a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro dos contratos é um objetivo que precisa ser perseguido permanentemente. O GT propôs ainda: 1) a criação de índices setoriais representativos e consistentes que se estabeleçam para cada setor, de forma estruturada e consistente; 2) índices de produtividade que sejam considerados na formulação desses reajustes, e que sejam estimuladores de maior eficiência. Os índices de produtividade, chamados de fator X, são instrumentos fundamentais para combater a inflação, sem que os ganhos sejam prejudicados; 3) revisões tarifárias nos períodos de 3 a 5 anos, para corrigir eventuais distorções que possam surgir ao longo do caminho. O conselheiro também destacou que a incorporação das evoluções tecnológicas na formulação dos preços precisa ser analisada e complementada. Na opinião do conselheiro, o setor de transporte público, um dos mais aprofundados pelo GT, precisa receber um tratamento especial, que estimule a entrada de novas companhias, o aperfeiçoamento das existentes e adoção de novas tecnologias, o que traria resultados sociais muito importantes.

Os membros do GT da Desindexação sugeriram ainda a criação de um fórum que reúna as agências reguladoras, na medida em que não há grande troca de experiências entre elas. Esses fóruns seriam destinados à discussão de questões variadas, de tal modo que elas possam aproveitar as experiências umas das outras. Também foi sugerida a criação de grupos de representantes da iniciativa privada, sem prejuízo do controle social previsto na nova Lei das Agências Reguladoras que está em tramitação no Congresso Nacional. Finalmente, o conselheiro Delben Leite afirmou que as agências reguladoras prestam um serviço inestimável à nação e precisam ser prestigiadas, estruturadas, instrumentadas, inclusive com um aprimoramento de todo o seu quadro técnico, para que continuem o trabalho profícuo que vêm realizando.

O Ministro Jaques Wagner comunicou que, a partir de uma negociação com a Frente Nacional de Prefeitos, o Presidente Lula instituiu um grupo de trabalho que tratará de tarifa social. Participam desse grupo os Ministérios das Cidades, Minas e Energia, Fazenda e Petrobrás. O relatório do Grupo de Trabalho da Desindexação foi submetido à votação do Pleno do Conselho e aprovado por unanimidade para ser encaminhado ao Presidente da República.

O Ministro lembrou ainda que no âmbito do Grupo de Acompanhamento de Políticas Sociais - GAPS, de acordo com uma das diretrizes estratégicas da Agenda Nacional de Desenvolvimento, que colocou a questão da equidade como o elemento mais forte do desafio do desenvolvimento brasileiro, foi criado um Grupo de Trabalho que vai apresentar ao Pleno a proposta de criação do Observatório da Equidade. Participam deste grupo os conselheiros Clemente Ganz Lúcio, Gisela Gorovitz, José Antonio Moroni, Oded Grajew, Paulo Vellinho, Sérgio Haddad, Sônia Fleury e Zilda Arns. Também contribuem com o trabalho membros do IPEA, IBGE e DIEESE e de diversos Ministérios da área social. Além disso, foi assinado um convênio de cooperação com a Fundação France Libertés, presidida pela Sra. Danielle Mitterrand, para a formulação de indicadores sociais que permitam a elaboração de uma radiografia mais precisa e verdadeira da realidade brasileira.

1.5 - 15ª REUNIÃO DO PLENO DO CDES

A 15ª Reunião do Pleno do CDES, realizada em 01/12/2005, foi dedicada a tratar do tema Política Externa, com uma apresentação do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. O Ministro classificou a política externa brasileira como sendo de caráter humanista, perseguindo o desenvolvimento econômico e social e voltada para a defesa dos interesses nacionais, ainda segundo ele, podendo ser classificada em três palavras: ativa, ativa e solidária.

O Ministro afirmou ainda que o que diferencia uma política externa não são apenas seus princípios, mas também a intensidade com que estes são perseguidos. Neste sentido, o Governo

Brasileiro vem demonstrando um grande empenho em diversos campos, como a consolidação e os avanços no Mercosul e a ampliação dos mercados externos. Destacou o recente encontro dos Presidentes Néstor Kirchner e Lula como um grande passo diplomático, o que coloca o Mercosul não apenas como uma questão do MRE e dos Ministérios afetos, mas de todos os setores do governo. Esclareceu que este não é apenas um projeto político de integração, mas também, e principalmente, econômico, já que a América do Sul absorve 17% de nossas exportações. Aliás, a América Latina, este ano tornou-se o principal parceiro comercial do Brasil. O Ministro também destacou a capacidade de diálogo da diplomacia brasileira, expressa, por exemplo, na ação no Haiti, Equador e Bolívia.

Com relação à questão das negociações internacionais como ALCA, União Européia e OMC, o Ministro deixou claro que o objetivo brasileiro é fortalecer a OMC e o sistema multilateral.

O Conselheiro Daniel Feffer afirmou que a atual inserção comercial brasileira é fruto de um grande esforço de diplomatas e empresários e não pode ser perdida, pelo contrário, deve ser aprofundada. Entretanto, apontou problemas internos, tais como juros elevados e câmbio em patamares desfavoráveis, como elementos complicadores do funcionamento da política externa como auxiliador no processo de desenvolvimento nacional.

O Conselheiro João Felício apontou a necessidade de maior coordenação interna do governo para evitar mudanças de posição não negociadas internamente. Embora, perceba avanços na política externa, especialmente em termos de inserção comercial, preocupa-se com os impactos dos acordos internacionais sobre o nível de emprego interno. Com relação ao Mercosul, afirmou que a CUT (Central Única dos Trabalhadores) apóia a integração, entretanto, no que tange a OMC, defende um posicionamento mais agressivo do Brasil, observando que a preservação do emprego e dos direitos sociais devem ser uma referência.

Na opinião do Conselheiro Maurílio Biagi Filho, o atual governo está promovendo uma significativa mudança positiva na política externa brasileira, com os diplomatas atuando de forma mais firme e comprometida com os interesses nacionais, frente ao Mercosul e a OMC. Neste último organismo, segundo o Conselheiro, o Brasil vem fazendo uma boa negociação tanto com a Europa, quanto com os EUA. Defendeu a importância estratégica do Agronegócio e seu potencial para o comércio exterior, especialmente do setor sucroalcooleiro.

O Conselheiro Paulo Skaf criticou o crescimento negativo detectado no 3º Trimestre de 2005, defendendo que o mesmo impactará o PIB. Marcou posição no sentido de que a política econômica tem contribuído para o crescimento brasileiro abaixo dos níveis internacionais. Segundo ele, esta política precisa de ajustes urgentes. O Conselheiro aproveitou a reunião para ler um manifesto sobre desenvolvimento econômico, assinado conjuntamente pela Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e IEDI (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial).

A Conselheira Sonia Fleury argumentou não ser razoável esperar maior inserção internacional do País sem que haja um dinamismo interno da economia. Neste sentido, também criticou a política econômica em curso, especialmente a proposta de Política Fiscal de Longo Prazo, em estudo pelo Ministro do Planejamento.

Também foram destacados temas relacionados com a política externa, tais como: invasão dos produtos chineses no Brasil e seu impacto sobre o setor de manufaturados, ressaltado pelo conselheiro Ivo Rosset; problemas nas demarcações das fronteiras, especialmente com a Venezuela, apontado pelo Conselheiro Luiz Aimerê; discussão das tarifas e da abertura de mercados, como moedas de troca nas negociações internacionais, tema explorado pelo Conselheiro Sérgio Haddad; falta de incentivos para a área de pesquisa em Ciência e Tecnologia, tema trazido pelo Conselheiro Francisco Dória; biopirataria, levantado pela Conselheira Zilda Arns, que também lamentou o corte de verbas na área da Saúde; questão da responsabilidade social enquanto potencializador da ampliação da inserção comercial brasileira, ressaltado pelo Conselheiro Oded Grajew; necessidade de maior cuidado na formação dos diplomatas brasileiros, com vistas à realidade atual, preocupação do Conselheiro Laerte Costa.

O Ministro Jaques Wagner informou aos Conselheiros que havia assumido a Presidência da RIAD - Rede Interamericana de Descentralização e Desenvolvimento, que é uma rede dentro da OEA (Organização dos Estados Americanos) constituída, portanto, por todos os países da Organização. Ressaltou a importância da participação dos conselheiros no processo de avaliação do CDES 2005 e na Mesa-Redonda Internacional sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio sob a perspectiva educacional, realizada em janeiro de 2006, em Brasília. Por fim, reafirmou o compromisso de realizar o Seminário sobre Desenvolvimento em 2006.

2 - PROPOSIÇÕES APROVADAS PELO PLENO DO CDES

2.1 - Ampliação do Conselho Monetário Nacional

Na 12ª Reunião Plenária do CDES, a Conselheira Sônia Fleury apresentou moção, aprovada por maioria absoluta, recomendando a ampliação da composição do Conselho Monetário Nacional para no máximo nove integrantes, passando a incluir membros da sociedade, assegurada maioria aos representantes do Governo. A proposição baseou-se na percepção dos conselheiros do momento de estabilidade pelo qual atravessa o País, combinado com o início de recuperação da taxa de crescimento econômico e da geração de novos empregos. Além disso, os conselheiros acreditam que as decisões de política macroeconômica devem ser tomadas de forma a absorver a sensibilidade dos diversos setores da sociedade preocupados com o desenvolvimento brasileiro e dispostos a se co-responsabilizarem por esta trajetória.

2.2 - Desindexação da Economia

O Grupo de Acompanhamento de Conjuntura Econômica (GACE) do CDES designou um Grupo de Trabalho para tratar da questão da desindexação dos contratos públicos e privados, especialmente dos serviços em regime de concessão, cuja proposta foi encaminhada pelo conselheiro Luiz Carlos Delben Leite em reunião do Pleno do CDES.

Nos encontros do Grupo de Trabalho, que contaram também com a participação de representantes dos diversos órgãos de governo, direta ou indiretamente relacionados com a supervisão de contratos de concessão, ficou evidente a complexidade do assunto dada a diversidade das características dos diversos tipos de serviços e preços hoje indexados. As principais conclusões e recomendações do GT apontadas no Relatório são: 1) criação de índices setoriais para reajuste das tarifas dos serviços públicos. Quando não for possível, estabelecer o IPCA como reajuste, no lugar dos IGPs; 2) definir fator de produtividade – fator X, a ser considerado na ocasião dos reajustes; 3) fazer revisões tarifárias a cada período de três a cinco anos; 4) formar um fórum das agências reguladoras; 5) criar um grupo de acompanhamento das revisões tarifárias, formado por representantes da sociedade civil. Cabe destacar que o relatório foi aprovado por unanimidade no Pleno do Conselho e remetido ao Presidente da República.

2.3 - Micro e Pequenas Empresas, Autogestão e Informalidade

O objetivo do Grupo Temático Micro e Pequenas Empresas, Autogestão e Informalidade, instalado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, foi produzir enunciados de políticas públicas que atendam às necessidades e promovam o desenvolvimento das micro e pequenas empresas e empresas de autogestão, com o objetivo de gerar emprego e renda, e inclusão do setor informal da economia. Este grupo contou com o apoio do Departamento de Micro, Pequenas e Médias Empresas do MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior) e da Secretaria de Economia Solidária do Ministério do Trabalho.

Após um longo período de debates, onde foram abordadas diversas dimensões da questão, foi constituída uma comissão de sistematização dos trabalhos do Grupo, da qual participaram o conselheiro do CDES e presidente da Associação Nacional de Sindicatos da Micro e Pequena Indústria, Joseph Couri; o Presidente do Movimento Nacional de Micro e Pequenas Empresas, José Tarcísio da Silva; e a Professora da USP, Sylvia Leser de Mello, ambos participantes do GT. A Comissão elaborou um relatório sintético, consolidando as principais discussões, análises e recomendações do GT para apreciação dos conselheiros.

As propostas apresentadas pelo GT são as seguintes: 1) A atualização do teto do SIMPLES, já que os valores vigentes, estabelecidos em dezembro de 1996, estariam monetariamente defasados; 2) Desonerar de tributos as exportações das empresas aderentes ao SIMPLES; 3) Permitir o fechamento de empresas por declaração; 4) Viabilizar o acesso de micro e pequenos empreendimentos ao crédito, sem as exigências de apresentação de certidões negativas; 5) Gerar

políticas de apoio ao trabalhador em atividade informal; 6) Ampliar o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado.

2.4 - Agenda Nacional de Desenvolvimento

A 13ª Reunião Ordinária do Pleno do CDES, realizada em 25 de agosto, tratou da “Agenda Nacional de Desenvolvimento”, tendo como apresentadores os Conselheiros Clemente Ganz Lúcio, Horácio Lafer Piva e José Carlos Braga e comentários da Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff. Nas apresentações sobre a Agenda Nacional de Desenvolvimento algumas questões apareceram como prioritárias: desigualdade, financiamento, tributos e infra-estrutura. A Ministra Dilma Rousseff avaliou que há aderência e convergência entre as ações de Governo e as diretrizes da Agenda.

Tendo como valores orientadores de sua ação a democracia, a liberdade, a equidade, a identidade nacional, a sustentabilidade, o respeito à diversidade sócio-cultural e a soberania, a AND estabeleceu os seguintes objetivos:

- I.** Fazer a sociedade brasileira mais igualitária, sem disparidades de gênero e raça, com a renda e a riqueza bem distribuídas, e vigorosa mobilidade social ascendente;
- II.** Tornar a economia brasileira apta a incorporar todo o mercado interno potencial, com forte dinamismo e capacidade inovadora, desenvolvendo novos produtos e mercados e com participação relevante na economia internacional;
- III.** Ter uma infra-estrutura logística eficiente e competitiva, integradora do território, da economia e da sociedade nacionais;
- IV.** Construir um sistema de financiamento do investimento eficiente e eficaz, uma estrutura tributária simplificada e racional, com tributos de qualidade, progressiva e estimuladora da produção e do emprego;
- V.** Instaurar a segurança pública e a paz social, um sistema judicial transparente, ágil e democrático, e um Estado que regule e fiscalize a contento;
- VI.** Desenvolver um aparato estatal que opere eficiente e eficazmente, um pacto federativo competente para lidar com conflitos, com equilíbrio entre regiões, e capacidades de manejar recursos naturais de forma sustentável.

3 - PRINCIPAIS AVANÇOS DO GOVERNO REFERENTES AO TEMÁRIO DO CDES

3.1 - Combate à Desigualdade

3.1.1 - Fome Zero e Bolsa-Família

O Governo Federal destinou nos últimos três anos, mais de R\$ 27 bilhões para o programa Fome Zero, que reúne 31 ações e subprogramas em 12 ministérios. Trata-se de um grande esforço de segurança alimentar e nutricional, que atua em quatro eixos fundamentais: ampliação do acesso à alimentação; fortalecimento da agricultura familiar; promoção de processos de geração de renda; articulação, mobilização e controle social.

O Bolsa Família é um programa de transferência condicionada de renda. Nele há a articulação de três eixos principais: alívio imediato da pobreza; rompimento do ciclo da pobreza; geração de emprego, renda e alfabetização. Atualmente são 8,7 milhões de famílias integradas ao programa – equivalente a 77% das famílias com renda per capita de até R\$ 100,00 por mês. A pobreza caiu 8% entre 2003 e 2004, e o número de miseráveis foi reduzido em 2,8 milhões de pessoas.

3.1.2 - Desoneração da Cesta Básica

Dentre as inúmeras ações de combate à desigualdade do Governo Federal– em geral geridas pelos ministérios da área social – não podem ser ignoradas as medidas de desoneração da cesta básica, as quais se constituem em um possível elemento de significativa redução da regressividade da estrutura tributária brasileira.

No mesmo sentido, contribui a ampliação do SIMPLES, constituindo-se em efetivo mecanismo de desconcentração das receitas auferidas pela classe empresarial, em prol dos micro e pequenos empreendimentos.

3.1.3 - Inclusão das PMEs da construção civil no SIMPLES

Em outubro de 2005, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial discutiu proposta de desoneração, usando como base o lucro presumido das empresas direta ou indiretamente ligadas à construção de habitações populares, do IPI e do ICMS. Essa medida constitui um dos pilares de uma possível “segunda MP do bem” em estudo no Ministério da Fazenda.

3.1.4 - Política para bens não-duráveis e semiduráveis

O Brasil não possui uma política voltada especificamente para bens semi e não-duráveis. A Política Industrial brasileira – a PICTE -, fruto de amplo debate entre diversos segmentos sociais envolvidos e do próprio Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial – CNDI, enfatiza os setores intensivos em tecnologia ou capazes de gerar alto nível de valor adicionado ou ainda com demanda excepcionalmente dinâmica, o que raramente é o caso dos bens desses tipos nos mercados internacionais. A compreensão subjacente a essa estratégia é a de que a partir da viabilização de um crescimento de longo prazo, fruto do avanço tecnológico e de sistemáticos ganhos de competitividade, o desenvolvimento do mercado interno aconteceria como resultado do desenvolvimento produtivo. Não obstante, o Governo Federal vem adotando medidas que, em seu conjunto, são nitidamente capazes de agir sinergicamente de forma a acelerar contratos de financiamento e de seguro das safras.

3.1.5 - Observatório da Equidade

A sugestão de criação do Observatório surgiu na 11ª Reunião Plenária do CDES, através de proposta do Conselheiro Oded Grajew. Posteriormente, o tema foi debatido pelo Grupo de Acompanhamento de Políticas Sociais, quando se encaminhou o assunto pela constituição de um Grupo de Trabalho que deverá apresentar proposta de criação do Observatório para deliberação do Pleno do CDES.

Fazem parte do GT os conselheiros: Clemente Ganz Lúcio; Gisela Gorovitz; José Antônio Moroni; Sônia Fleury; Oded Grajew; Paulo Vellinho; Sérgio Haddad; Zilda Arns. O GT também conta com a participação do IPEA, IBGE, DIEESE, Fundação France Libertés e dos Ministérios: Desenvolvimento Social; Educação, Trabalho e Emprego, Previdência Social, Planejamento e Saúde.

Embora o tema tenha se revelado mais complexo e desafiador do que se pensava inicialmente, já há uma proposta preliminar de estrutura de funcionamento e os debates encontram-se em estágio avançado, devendo ser concluídos em breve.

3.1.6 - Outras Medidas de Combate a Desigualdade

Além das medidas apresentadas, o Governo Federal vem adotando ações sistemáticas para a construção civil, setor notoriamente intensivo em mão-de-obra e com grande impacto sobre o emprego e a renda dos trabalhadores menos qualificados. Estão em estudo medidas de desoneração da “cesta básica da construção civil”, bem como a criação de medidas especiais de incentivo à construção civil, que complementarizam as medidas já adotadas – modernização jurídica dos contratos de construção mediante delimitação do chamado patrimônio de afetação e aumento do crédito disponível para a construção de habitação em geral, da classe baixa à classe média-alta. Por fim, é essencial que essas ações sejam apoiadas por facilidade de acesso ao crédito: para tanto, a Caixa Econômica Federal aumentou em mais de 120% os recursos disponíveis, criou vários tipos de financiamento e reduziu taxas de spreads, garantindo todas as condições para que a construção civil tenha um bom ano em 2006 e ingresse em um novo ciclo de crescimento.

O próprio processo de melhora na distribuição de renda – o grau de igualdade na sociedade brasileira é o maior em 25 anos ao mesmo tempo em que a pobreza cedeu significativamente – indica que as medidas adotadas tendem a gerar um impacto significativo sobre o consumo de bens mais populares, sobretudo quando o Brasil retomar uma trajetória de crescimento mais vigoroso, como deve acontecer a partir de 2006. Não obstante, ao longo de 2006, o Brasil atingirá a maior relação salário mínimo versus cesta básica em mais de 40 anos, e o salário médio comprará mais bens do que há muito não comprava. Não se trata de resultado casual, mas da conjunção de fortes aumentos no salário mínimo, crescimento médio da economia razoável (o maior desde o Governo Itamar Franco) e redução dos preços dos produtos básicos (graças à política de crédito para a agricultura familiar, sobretudo).

3.2 - Formalização e Registro de Empresas

3.2.1 - Desburocratização

Após discussão ampla e detalhada – haja vista que todos os processos de registros e autorizações envolvem estados e municípios e apenas em menor grau o governo federal e que, ademais, há diferenças muito grandes entre a quantidade e o tipo de documentos que cada município ou estado exige – o Governo Federal concluiu a longa negociação necessária para propor uma lei de simplificação do registro e legalização de empresas, a qual envolve as diversas demandas amiúde apresentadas pelos conselheiros do CDES. Embora a Lei ainda não esteja aprovada diversas medidas já vêm sendo tomadas, de forma que hoje o tempo de registro de empresas – um dos indicadores mais frequentes da ineficiência burocrática – caiu de 150 para 30 a 60 dias.

3.2.2 - Aumento do limite do SIMPLES

Em Medida Provisória assinada em dezembro de 2005, o Presidente da República resolveu um impasse que se arrastava por muitos anos, sobre a defasagem do limite de receitas para enquadramento de empresas no SIMPLES, duplicando o limite para microempresas e decuplicando o limite para empresas de pequeno porte. Vale lembrar, contudo, que a Lei Geral das Pequenas e

Microempresas, ora em discussão conclusiva, irá muito além desse ponto, adotando medidas de facilidade de acesso a crédito e preferência nas licitações dos poderes públicos, semelhantes às vigentes nos países mais progressistas em políticas de apoio aos pequenos negócios.

Está também em discussão o chamado “Super Simples” – medida inovadora, que representa um passo decisivo rumo a um tratamento tributário unificado por parte de todas esferas de governo a pequenas e médias empresas. A Lei que cria o Super Simples, ou o Simples Nacional, aguarda votação na Câmara dos Deputados.

3.2.3 - Combate à informalidade

Há clara percepção de que a combinação de crescimento econômico com estabilidade é indispensável para a redução da informalidade de forma sustentável no Brasil. Mesmo sem contar com condições ideais nesses aspectos, há avanços inquestionáveis na redução da informalidade, o que é atestado pelo crescimento vigoroso do número de trabalhadores com carteira assinada – da ordem de 3,5 milhões em 3 anos.

Diversas ações do Governo, e do MTE em particular, permitiram isso, tais como:

- A fiscalização do Ministério do Trabalho, a qual resultou diretamente na formalização de 1,3 milhões de postos de trabalho
- Reforma agrária: em 3 anos, foram destinadas mais terras à reforma agrária do que nos 8 anos anteriores - 245 mil famílias, o que equivale a 850 mil postos de trabalho contínuo criados.
- O atendimento a assentados pela reforma agrária atingiu 450 mil trabalhadores, quase 5 vezes o que foi realizado entre 1995 e 2002 (inclusive).
- Outro destaque foi o projeto de incentivo à formalização do pequeno empreendedor com a redução de impostos e contribuições para negócios com faturamento anual de até R\$ 36 mil, incentivando, assim, a legalização e formalização desses empreendimentos. Complementado esse projeto, há, ainda, as medidas de desburocratização do registro empresarial.

No âmbito da Previdência Social, por outro lado, o Governo Federal está promovendo o censo previdenciário, que busca reduzir as fraudes e desvios de recursos da Previdência Social. Foram detectadas fraudes em 6.016 benefícios, que resultaram em uma economia mensal de R\$ 3,65 milhões. O governo também negociou o pagamento de atrasados, num volume de recursos da ordem de R\$ 12 bilhões e reajustou os benefícios de dois milhões de aposentados e pensionistas.

3.3 - Educação

O Governo Federal está totalmente comprometido com o objetivo de garantir acesso e ensino de qualidade em todos os níveis. O Fundeb, neste sentido, é uma iniciativa fundamental com trâmite avançado no Senado Federal. No âmbito do ensino superior temos em curso um ambicioso programa de expansão da rede federal, com a inauguração prevista de 41 novos pólos universitários. Além disso, o Programa Universidade para Todos – ProUni, criado em 2004, e que oferece bolsas de estudos para estudantes de famílias de baixa renda, já recebeu a adesão de 1.142 instituições de ensino e oferece 112 mil bolsas, o que o torna o maior programa de bolsas da história da educação brasileira.

Ainda devemos destacar os esforços na recuperação da Rede Federal de Educação Tecnológica, que recebeu R\$ 33 milhões e no combate ao analfabetismo com os programas Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola. O primeiro com mais de 5,3 milhões de pessoas atendidas e o segundo com outras 3,3 milhões.

3.4 - Infra-Estrutura

3.4.1 - Logística e Transportes

A despeito das dificuldades naturais advindas de um país desigual e que precisa de significativo aporte de recursos em programas sociais, foram promovidos ao longo dos últimos três anos substanciais investimentos em infra-estrutura rodoviária, portuária, aeroviária e ferroviária.

Foram mais de 9 mil km de rodovias recuperadas, 20,5 mil km sinalizados, além da contratação de conservação em outros 42 mil km. As grandes referências foram os corredores de exportação, o turismo e as regiões em desenvolvimento.

No plano ferroviário, em que pese a limitação da atuação pública, já que o setor foi transferido à iniciativa privada, o atual Governo vem incentivando a ampliação dos investimentos. Só nos últimos 3 anos foram mais de R\$ 3 bilhões investidos pelas concessionárias que se somarão a mais R\$ 4,5 bilhões programados para 2006 com a Transnordestina. Além disso, ainda existem expectativas muito positivas em relação aos frutos das PPPs, que se iniciarão este ano.

Atenção especial foi dada aos portos brasileiros, principal mecanismo de fluxo internacional da produção do País. O Governo Federal desencadeou amplo e profundo programa de modernização e adequação de nossos portos às novas normas internacionais. Dos 17 primeiros portos escolhidos, as obras já foram totalmente concluídas em 6 e estão em fase final em mais 9. Na Região Amazônica, o governo iniciou programa de construção/ampliação de 30 terminais hidroviários.

Dentro da estratégia de desenvolvimento nacional, onde o transporte internacional de cargas e passageiros é fundamental, os investimentos realizados nos últimos anos propiciaram a ampliação da capacidade instalada dos aeroportos nacionais de 97 para 117,3 milhões/ano, gerando aproximadamente 50 mil empregos.

3.4.2 - Energia

No campo da energia elétrica houve a ampliação em 14,2% da potência instalada total, alcançando em 2005, 93,6 mil MWh, o que equivale a 1,4 vez a potência total da Usina de Tucuruí. Além disso, em termos de transmissão houve um aumento de 13,5%, com o sistema atingindo o patamar de 82.294 km de extensão. É igualmente importante destacar que os leilões de energia elétrica foram bem sucedidos propiciando a negociação de 1,37 milhão de GWh em contratos de 8 anos. Também foram realizados 4 leilões de concessão de linhas de transmissão, com investimentos da ordem de R\$ 8 bilhões e 50 mil novos empregos.

As fontes alternativas de energia foram outro grande campo de atuação do Governo Federal. O biodiesel desperta grande interesse e tem mercado potencial para algo como 800 milhões de litros/ano, fruto da obrigatoriedade da mistura de 2% deste ao diesel. Além do benefício direto em termos do surgimento de uma nova fonte alternativa, ainda há que se destacar os ganhos para a Balança Comercial. Mas outras fontes de energia como a eólica e a biomassa também tiveram investimentos. Hoje temos 1,4 mil MW contratados de usinas eólicas e outros 685 MW de biomassa. A expectativa é de uma redução anual da emissão de gases de 2,8 milhões de toneladas, com a geração de aproximadamente 150 mil empregos diretos e indiretos.

3.5 - Crédito para o Desenvolvimento

3.5.1 - Indústria, Agronegócio e Agricultura Familiar

A questão do crédito tem dimensão decisiva em qualquer discussão sobre desenvolvimento. Seja para o investimento ou consumo, a circulação da moeda é fundamental para a dinâmica econômica geradora de emprego e renda. Neste sentido, o atual governo vem implementando um amplo e diversificado programa de disponibilização de crédito.

Em termos de crédito para investimento, através do BNDES, já foram liberados cerca de R\$ 109 bilhões. Há, por exemplo, linhas para a aquisição de máquinas e equipamentos, para o desenvolvimento de software, para fármacos e medicamentos e para caminhões, tratores e

equipamentos agrícolas. Estes recursos têm sido emprestados tendo-se como diretriz a inovação tecnológica e competitiva do setor produtivo nacional.

No Agronegócio foram investidos R\$ 44,4 bilhões no plano agrícola e pecuário de 2005/2006, o que aponta um crescimento de 116% nas últimas 3 safras. Também foram destinados recursos para os terminais pesqueiros e entrepostos, assim como foram abertas linhas de crédito a cooperativas e associações para a construção de fábricas de gelo e unidades de beneficiamento da pesca.

Para a agricultura familiar - que é responsável em nosso país pela produção de 84% da mandioca, 67% do feijão, 58% dos suínos e frangos, 49% do milho e 31% do arroz - foram fechados 2 milhões de contratos, com aproximadamente R\$ 9 bilhões em crédito concedido. Aliás, destaque deve ser dado para a produção de Biodiesel, que teve R\$ 100 milhões de disponibilidade de crédito, visando o estímulo da produção por agricultores familiares.

3.5.2 - Microcrédito e Inclusão Bancária

Outras frentes que receberam especial atenção do Governo Federal foram as de Microcrédito e Inclusão Bancária. Já em 2003, foi fixado um percentual mínimo de 2% dos depósitos à vista nos bancos a ser destinado ao microcrédito, com taxas limitadas a 2% ao mês. Mais de 11 milhões de contratos foram realizados nesta modalidade com volume de R\$ 2,3 bilhões. No campo da facilitação do acesso ao sistema financeiro, através da abertura de contas bancárias simplificadas, existem atualmente mais de 6 milhões de beneficiados.

3.6 - Segurança Pública

3.6.1 - Gestão da Informação sobre Segurança

As ações do Governo Federal com respeito à segurança pública no País baseiam-se em um diagnóstico consistente com o que o CDES expressa na Agenda Nacional de Desenvolvimento, ao destacar a descoordenação das ações dos diversos níveis de Governo. Respeitando os limites da autonomia federativa, dois importantes sistemas nacionais estão em implantação: INFOSEG – Rede de Integração Nacional de Informação de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização e SUSP - Sistema Único de Segurança Pública.

3.6.2 - Formação Policial

Sem dúvida, a formação policial, em qualidade e quantidade, é crucial para que alguns dos avanços que o País vem conquistando não se percam e, ao contrário, proliferem. Um dos avanços notáveis é a autonomia de ação da Polícia Federal, o que redundou no aumento exponencial das ações que envolvem o dinheiro público, com dezenas de prisões e aberturas de inquéritos e a reversão de fraudes de milhões de reais todos os meses.

A meta presidencial é de que o Governo conclua 2006 com a formação de 10.000 policiais – afora outros profissionais de segurança. Embora o número até outubro de 2005 não chegue a 4 mil policiais, espera-se uma forte aceleração desse contingente ao longo deste ano, mercê da aceleração na liberação de recursos.

Ao mesmo tempo, o Governo vem realizando a modernização e o reequipamento das escolas superiores de polícia e acelerando o repasse de recursos para a Polícia Federal – cuja dotação orçamentária quase dobrou nos últimos 4 anos (2001 a 2005) em termos reais.

3.6.3 - Construção de Novos Presídios – o problema carcerário

O Governo está empenhado em um programa de modernização do sistema penitenciário, que inclui, além da abertura de novas vagas, a construção de novos presídios. Foi inaugurada a ala federal da penitenciária de Campo Grande/MT, cujo controle deve ser transferido para a esfera estadual. Estão em estágio avançado as obras das penitenciárias federais de Campo Grande/MS e de

Catanduvas/PR (com 80% concluídos). Foi, ademais, contratada a construção da Penitenciária Federal de Mossoró/RN e publicado o edital para a construção da Penitenciária de Porto Velho/RR. No conjunto, entre 2003 e 2005, foram criadas quase 6500 vagas em presídios sob administração federal, às quais devem se somar, ao longo de 2006 muitas outras decorrentes de um total de 78 obras em andamento. Além disso, foram repassados recursos disponíveis aos estados para financiamento a juros subsidiados da ordem de R\$ 45 milhões.

No que se refere à modernização, os esforços do Governo Federal concentram-se na contratação de novos servidores, na modernização do atendimento em saúde para os detentos, e na criação da Escola Penitenciária Nacional e do “Sistema de Informações Penitenciárias” – INFOPEN. Sua implantação encontra-se em estágio avançado, e convênios com os estados para a instalação do piloto do módulo de gestão estão sendo celebrados.

3.6.4 - Combate à corrupção

Em conjunto com o Governo Federal, estados e municípios estão tocando projetos já aprovados da ordem de R\$ 75 milhões para combate capilarizado à ilegalidade. Essas ações vêm sendo geridas na forma de consórcios.

Além disso, foram fiscalizados 981 municípios entre 2003 e 2005, representando recursos de R\$ 5,6 bilhões. Milhares de auditorias vêm sendo feitas, tanto no repasse de recursos a governos subnacionais, como em órgãos da administração direta e indireta – como no caso dos Correios, cujos trabalhos estão em fase de conclusão.

A Corregedoria-Geral da União (CGU), que trabalha articulada com o Tribunal de Contas da União - TCU em muitas dessas ações, divulga todos seus relatórios em seu sítio na web, www.cgu.gov.br.

3.6.5 - Políticas Específicas para a Juventude

Não há uma política de segurança pública voltada para o jovem, no sentido sugerido pelo CDES, que afirma que “o jovem não deve ser tratado como o culpado, mas como vítima da violência”, ainda que o Ministério da Justiça concorde com esse juízo.

As ações voltadas para o jovem buscam, na verdade, prevenir, integrando-o ao mercado de trabalho e à sociedade civil, de forma a evitar que seja uma “presa fácil” para as organizações criminosas.

Cabe destacar nesse sentido, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), que abriu 200 mil vagas em todas as capitais do Brasil. Dirigido àqueles com idade entre 18 e 24 anos, sem emprego, o objetivo é possibilitar a esta parcela da juventude brasileira a conclusão do ensino fundamental e a profissionalização.

Além disso, as Estações da Juventude receberam 15 mil novos computadores, cerca de 60 mil jovens receberam formação profissional pelo programa Soldado-Cidadão e o programa Escola de Fábrica criou 550 turmas de cursos profissionais em empresas de 19 estados. O Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego qualificou 54,4 mil jovens e o projeto Agente Jovem capacitou 57 mil adolescentes de 15 a 17 anos.

3.6.6 - Endurecimento Penal para crime em alta finança

O Governo Federal criou a Estratégia Nacional de Combate a Lavagem de Dinheiro – ENCLA. Em poucas palavras, a ENCLA busca recuperar ativos originados na atividade criminosa, os quais são revertidos para o próprio financiamento do combate ao crime organizado. Ao mesmo tempo, o Governo está elaborando reforma da lei brasileira de lavagem de dinheiro, o que permitirá mais agilidade e efetividade a programas como esse. O anteprojeto está em elaboração no Ministério da Justiça, em estágio avançado. Não obstante, há resultados alcançados. Graças à Polícia Federal, em pouco mais de um ano e meio, foram rastreados e bloqueados mais de US\$ 300 milhões, o que permite paulatinamente asfixiar organizações criminosas.

3.7 - Gestão Macroeconômica

3.7.1 - Qualidade do Equilíbrio Fiscal: Perfil da Dívida Interna

Mesmo os críticos mais ferozes da política econômica do atual Governo reconhecem que, apesar de nossa taxa de crescimento ainda estar distante da taxa dos países mais dinâmicos, como a Índia e a China, o Brasil realizou extraordinários avanços para permitir a esperada retomada de um crescimento vigoroso e sustentável.

O nível de endividamento foi controlado e é bastante possível, se não provável, que concluamos 2006 com uma relação dívida/PIB inferior a 50%. A relação dívida/PIB manteve-se praticamente estável apesar do alto nível dos juros reais ao longo de 2005. Apesar da elevada carga de juros, a dívida líquida do setor público em 2005 foi de 51,6% do PIB, ligeiramente menor em comparação com os 51,7% de 2004 e os mais de 55% de 2002, configurando uma tendência efetiva de redução dessa relação. Essa dívida, ademais, tem um perfil muito mais sustentável: em sua quase totalidade é interna e a parcela da mesma indexada ao câmbio está zerada. O prazo médio dos vencimentos aumentou e mais de 50% da dívida vence em períodos superiores a 12 meses, proporção que vem crescendo significativamente. A parcela da dívida atrelada à SELIC caiu para menos de 50% - patamar inédito desde a crise da Ásia – apesar do cenário desfavorável, com crescimento dos juros reais ao longo de 2005. Espera-se assim, que em 2006, essa evolução se acelere, fazendo a participação desses papéis cair abaixo de 40% da dívida. Sem dúvida, esse conjunto de bons resultados garante um patamar de robustez fiscal inédito no pós-Real.

3.7.2 - Indicadores Externos

Sem embargo, é no balanço de pagamentos e no nível de solvência externa que o Brasil alcançou suas maiores vitórias. Com reservas líquidas da ordem de US\$ 55 bilhões (crescimento de quase 200% em relação ao nível de dezembro de 2002), exportações de quase US\$ 120 bilhões anuais diversificadas em vários mercados nacionais concentrados em um sem número de produtos, e superávit significativo no conjunto do balanço de pagamentos, o Brasil aumenta, sem sobressaltos, seu grau de abertura e goza de indicadores impensáveis há poucos anos: relação fluxo de comércio sobre PIB de quase 30%, relação exportações sobre dívida externa de mais de 50%, participação nas exportações mundiais acima de 1,1%. Assim, foi sem sobressaltos que o Brasil quitou seus haveres frente ao FMI e ao Clube de Paris ao final de 2005, ao mesmo tempo em que seu nível de reservas aproxima-se de um patamar bastante tranquilo.

Embora falte muito por fazer – em especial no que refere à gestão dos gastos e do sistema de planejamento – de forma a melhorar a qualidade do ajuste fiscal e, assim, permitir uma redução consistente no peso dos tributos, é inegável que o Brasil goza de condições muito melhores para voltar a crescer fortemente sem abrir mão da estabilidade de preços.

3.7.3 - Carga Tributária

Embora a carga tributária brasileira siga relativamente elevada, e tenha provavelmente crescido em 2005, houve nítido arrefecimento da tendência verificada nos anos anteriores. Assim, enquanto de 1994 até 2002 a carga total cresceu de aproximadamente 29% do PIB para aproximadamente 36% do PIB, esta proporção tem se mantido entre 35 e 37 durante o atual Governo.

Ademais, a edição da chamada MP do bem, em conjunto com outras medidas de desoneração tributária, reduziu significativamente o ritmo de crescimento da carga tributária, decorrente, sobretudo, da melhora nos mecanismos de arrecadação e do combate à sonegação. Sem esses ganhos, a carga tributária teria sido significativamente reduzida entre 2002 e 2005. Não obstante, mesmo com esses ganhos de eficiência e de efetividade dos órgãos arrecadadores (federais e subnacionais), espera-se, pelo efeito das sucessivas rodadas de desoneração ocorridas há pouco e por vir, uma redução do patamar da carga tributária total tanto em relação a 2005 como em relação a 2002.

3.8 - Desindexação

A questão da desindexação tem sido uma preocupação governamental na busca por consolidar o processo de estabilidade econômica que vivemos atualmente. Não obstante, é fundamental compreender-se que este tema exige cautela e serenidade, já que lidamos não só com novos empreendimentos, que são mais suscetíveis a regras que incorporem tais elementos, mas igualmente existem contratos em vigência cujas alterações devem ser promovidas com mais cuidado, visando evitar conflitos que prejudiquem o interesse dos cidadãos.

O Governo Federal está atuando sobre novos contratos, como por exemplo nos novos leilões de concessão de Rodovias Federais, onde o índice de reajuste para as tarifas de pedágio será o IPCA. No setor de Energia Elétrica, o leilão de energia nova, com 258 empreendimentos pré-qualificados, já incorporava em seu edital (disponível para consulta pública até 04/10/2005) o IPCA como índice de reajuste tarifário. Além disso, no âmbito do Saneamento Básico, a Comissão Especial de Saneamento da Câmara dos Deputados discute o “Novo Marco Regulatório do Setor de Saneamento”, onde a questão da indexação de valores tarifários será objeto de debate.

3.9 - Política Externa

3.9.1 - Relações Internacionais

Segundo o próprio Ministro das Relações Exteriores, o Celso Amorim, a política externa brasileira é de caráter humanista, objetivando o desenvolvimento econômico e social e voltada para a defesa dos interesses nacionais. Em relação ao Mercosul, há a percepção, em toda a estrutura governamental, de sua relevância estratégica para o Brasil, o que vem possibilitando uma maior integração interministerial no sentido da organização do debate acerca dos pontos de interesse nacional no âmbito do bloco.

3.9.2 - Comércio Exterior

A questão do Comércio Exterior tem assumido papel proeminente nos últimos anos com a reversão do quadro de déficits de balança comercial ao longo da metade dos anos noventa e início do novo milênio. Um país como o Brasil não pode prescindir de um amplo leque de parceiros comerciais e vem se empenhando fortemente na ampliação de sua participação comercial no mundo. Neste tocante, temos assumido nas negociações internacionais o objetivo de fortalecer a OMC e o sistema multilateral.

Não obstante, destaque seja dado à América do Sul, que já absorve 17% das exportações brasileiras, bem como à América Latina, que se tornou neste ano o principal parceiro comercial do Brasil.

Além dos esforços de negociação de nossa diplomacia, especialmente no âmbito da ALCA e da OMC, onde temos alcançado vitórias expressivas, ainda têm sido importantes os esforços de diversos ministérios na busca por melhores condições para os exportadores. Exemplos: O Radar Comercial, sistema informatizado que auxilia principalmente o pequeno e médio exportador no levantamento de potencialidades; O Portal do Exportador, sítio com informações para exportadores; e o Sistema Fala Exportador para a resolução de dúvidas sobre o tema.

No que tange a maior promoção de nossos produtos no exterior, podemos observar a criação da Agência de Promoção de Exportações do Brasil – Apex-Brasil e o fortalecimento da Câmara de Comércio Exterior – Camex. Somente em 2004, 13,5 mil empresas brasileiras participaram de aproximadamente 500 eventos, com negócios de mais de R\$ 12 bilhões, além da promoção de 31 consórcios de exportação, com 10 mil empresas.

4 - DIFICULDADES E DESAFIOS

4.1 - Infra-estrutura de Transportes

Este é um dos temas mais cobrados por empresários, trabalhadores e a sociedade civil em geral. Há uma sensação, amplamente difundida, de que não está sendo feito um esforço suficiente para equacionar esta importante questão nacional. Não obstante, é necessário esclarecer a dimensão do desafio que está sendo enfrentado por este governo e será por qualquer outro que no futuro venha a ocupar o Executivo Nacional.

A Matriz de Transportes do País foi conformada ao longo de várias décadas e hoje se encontra claramente desequilibrada: Rodovia - 61%, Ferrovia - 21%, Aquaviário - 13%, e Dutos e Aéreo - 5%. Este quadro aponta uma forte predominância do transporte rodoviário sobre os demais, implicando elevados custos logísticos e uma dependência indesejável de um único modo de transporte, embora devamos destacar o crescimento, nos últimos anos, do modal ferroviário. Para se ter uma idéia, são 72 mil km de malha rodoviária, sendo 58 mil km pavimentados, dos quais apenas 4,5 mil km foram concessionados.

Embora tenham sido implementadas ações importantes nos últimos 3 anos, como observado anteriormente no item 4.4, devemos considerar que além do tamanho da malha rodoviária, aproximadamente 80% dela tem mais de 10 anos de idade, o que eleva mais ainda o volume dos investimentos necessários para sua adequada manutenção. Aliás, atualmente os níveis dos gastos com infra-estrutura são cerca de metade do que eram na década de 80. Isto ocorreu por um conjunto de fatores, alguns datando da Constituição de 1988, como a extinção do Fundo Rodoviário, e outros mais recentes, como a restrição fiscal advinda do Plano Real na primeira metade da década de 90, e que vem atingindo indistintamente União, Estados e Municípios.

No campo da Infra-estrutura de Transportes, o principal desafio para os próximos anos é manter e ampliar o ritmo dos trabalhos neste campo, buscando intensificar os investimentos no setor, seja através da concretização das Parcerias Público-Privadas (PPP), seja pela manutenção e expansão dos patamares de investimento público alcançados em 2005 (cerca de R\$ 6 bilhões).

4.2 - Desindexação

O trabalho integrado entre os Conselheiros do CDES e os Ministérios e Agências Reguladoras durante a elaboração da proposta de desindexação, resultou em compromisso imediato pela mudança dos indexadores. Orientados pelo Presidente Lula, os referidos entes governamentais estão mobilizando esforços no sentido da construção de índices de correção de preços que não alterem os compromissos contratuais, mas ao mesmo tempo sejam realistas com relação à estrutura de custos e produtividade de cada setor, bem como não pressionem a inflação. Entretanto, persistem dificuldades para construção de regras de reajuste de preços e tarifas em alguns setores, a exemplo de transportes urbanos e planos de saúde complementar. Importa esclarecer que não vai haver desindexação plena nos setores regulados, mas serão criadas regras específicas de reajuste por setor o que certamente contribuirá para melhoria da regulação.

Nesse sentido, foi criado o Índice Setorial de Telecomunicações cuja trajetória se mantém abaixo da evolução do IGP e do IPCA. Este setor tende à redução de preços devido ao aumento da concorrência por serviços alternativos como é o caso do VOIP, e provavelmente, a TV digital. No setor elétrico, a distribuição de energia ainda carrega um pouco do IGP nos reajustes de tarifas, enquanto o setor de transmissão é influenciado pelo IPCA. Com relação ao setor de ônibus interestaduais, a Agência Nacional de Transportes Terrestres está desenvolvendo um índice baseado numa cesta de insumos ponderada por item (no qual o preço do combustível tem um peso de 20%), somado ao IPCA e reduzido por um fator de eficiência próximo ao conceito de produtividade. Não é o ideal, mas representa um avanço na regulação de preços de passagens interestaduais, que poderá ser aperfeiçoada em médio prazo. Todavia, em virtude da sua diferenciação e complexidade, o setor de ônibus intermunicipal ainda não tem regulação. A previsão para regulação desse serviço não é inferior a três anos.

No caso dos ônibus urbanos, existe um grupo de trabalho que está formatando propostas para enfrentamento deste problema que apresenta, ainda, muitos entraves no sentido de uma definição de regras. A primeira reivindicação do poder público municipal era pelo subsídio do óleo diesel, o que foi rechaçado pelo governo federal. Atualmente, os três níveis de governo estão percebendo que o transporte urbano vai requerer aportes de recursos das três esferas de governo, e uma ação mais efetiva no sentido de aumentar o grau de regulação, harmonizando-o regionalmente. Os serviços de metrô são deficitários, cabendo ao Tesouro Nacional o aporte de recursos para equalização das tarifas. Mas, as negociações caminham para formalização de regras para os serviços de transporte metroviário.

Os planos de saúde complementar evidenciam uma situação distinta. Os planos coletivos são regulados por intensa negociação entre as prestadoras de serviço e as empresas conveniadas. Todavia, no caso dos planos individuais o Governo vem intervindo para fixação de reajustes. Visando superar esta situação indesejada, a proposta em andamento é o estímulo à ampliação de empresas prestadoras de serviço e, com isso, criar condições para uma auto-regulação, que resulte em ganhos efetivos para o cliente desses planos individuais. Finalmente, vale acrescentar que o setor de medicamentos já possui regra definida com reajustes anuais no mês de março, que se situam em patamar inferior à inflação do ano anterior.

4.3 - Micro e Pequenas Empresas

Ao longo dos últimos meses observaram-se avanços significativos no tratamento tributário dispensado às micro e pequenas empresas (MPE). Com a publicação da Lei 11.196/05 e, posteriormente, da Medida Provisória 275/05, ampliou-se a abrangência do SIMPLES através da elevação do limite de faturamento das microempresas (de R\$ 120 mil para R\$ 240 mil) e das empresas de pequeno porte (de R\$ 1,2 milhão para R\$ 2,4 milhões) e da redução da alíquota para algumas faixas de faturamento. A mudança mais importante, no entanto, é a que está sendo atualmente discutida no Congresso Nacional, no âmbito do projeto da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, que prevê uma mudança significativa no tratamento tributário das MPE, com a cobrança unificada dos tributos federais, estaduais e municipais e a inclusão de novos setores no Sistema.

Com a Lei 11.196 e a MP 275, em virtude das mudanças nos limites de enquadramento, para uma empresa comercial na faixa de faturamento anual entre R\$ 120 mil e R\$ 240 mil, a carga efetiva média caiu de 5,40% para 4,37%. Já para as faixas de faturamento anual entre R\$ 1,2 milhão e R\$ 2,4 milhões, a carga efetiva média reduziu de cerca de 12,3% – que é a atual alíquota para uma empresa comercial no lucro presumido com a relação entre a folha de salários e o faturamento de 20% – para um nível entre 7,0% e 9,0%. As mudanças na estrutura de alíquotas do SIMPLES introduzidas pela MP 275 – que para as demais faixas manteve inalterada as alíquotas vigentes – tomou como base proposta apresentada informalmente pelo setor empresarial quando da discussão da MP 255 (posteriormente convertida na Lei 11.196).

Como já comentado, as mudanças introduzidas na Lei do SIMPLES (Lei 9.317 de 5 de dezembro de 2006) pela Lei 11.196 e pela MP 275 deverão ser temporárias, vigorando apenas no ano de 2006, uma vez que, com a aprovação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, um novo, mais eficiente e mais abrangente regime tributário para as MPE deverá entrar em vigor a partir de 2007. Ainda assim, avançou-se na MP 275 ao tornar a progressividade da estrutura de alíquotas mais suave, eliminando-se os pontos de descontinuidade observados entre faixas dentro do SIMPLES e no momento de saída do SIMPLES para o regime de lucro presumido, o que constituía verdadeira barreira ao crescimento da empresa ou mesmo incentivava a subdeclaração do faturamento.

No que concerne à Lei Geral das MPE, cumpre destacar que representa importante avanço por consolidar em um mesmo instrumento legal o Estatuto da Micro e Pequena Empresa (Lei 9.841 de 5 de outubro de 1999) e a Lei do SIMPLES (Lei 9.317 de 5 de dezembro de 2006). Em relação ao regime tributário, estará sendo dado um passo inédito de unificação da tributação federal, estadual (ICMS) e municipal (ISS), que passarão a integrar uma alíquota única e uma guia única de

contribuição, simplificando significativamente o pagamento de tributos por parte da empresa contribuinte. Ademais, avança-se na abrangência do regime ao se buscar incluir um maior número de empresas do setor de serviços, setor esse que, por suas particularidades quanto à maior intensidade de mão-de-obra e à maior incidência de profissões regulamentadas, vinha sendo apenas marginalmente contemplado no SIMPLES atual. Contudo, essa ampliação da abrangência do regime tributário especial, incorporando o setor de serviços, não é uma tarefa fácil. Há que se encontrar um desenho que, ao mesmo tempo, estimule a formalização das empresas e das relações de trabalho no setor e, ao mesmo tempo, não gere desequilíbrios para a Previdência Social. O Ministério da Fazenda tem procurado contribuir para a discussão do projeto na Câmara dos Deputados, de modo a construir um desenho tributário que confira uma maior racionalidade e eficiência ao sistema, tendo por base o incentivo à formalização do negócio e do emprego no âmbito das MPE e o fomento ao seu crescimento.

Os avanços da Nova Lei Geral, todavia, não se restringem apenas à matéria tributária. Falhas de mercado observadas quanto ao acesso das MPE ao crédito, à inovação, à Justiça e mesmo às compras públicas estarão sendo corrigidas nessa lei. O associativismo, elemento essencial de ganho de escala das MPE e de acesso a mercados, em particular à exportação, estará ganhando importante impulso com a nova lei.

A proposta busca também atacar um importante entrave ao desenvolvimento das MPE: o excesso de burocracia na administração do negócio, incluindo-se aqui a abertura e o fechamento da empresa. A nova lei propõe importantes simplificações a processos e obrigações acessórias aos quais as MPE estão obrigadas, sem comprometer o controle e a fiscalização dos entes públicos.

Em suma, assim como outros processos de discussão de projetos de lei de igual importância e magnitude (como o da nova lei de falências, por exemplo), o da nova Lei Geral das MPE vem sendo conduzido de maneira cuidadosa e detalhada, mas objetiva. A expectativa é de que, muito em breve, o projeto será aprovado no Congresso e seguirá para a sanção presidencial, conferindo à economia brasileira um importante instrumento de incentivo ao empreendedorismo e de promoção do desenvolvimento.

4.4 - Construção Civil – Habitação e Saneamento

Dados recentes revelam o crescimento do emprego no setor da construção civil no mês de janeiro de 2006, que ainda não embutem os impactos positivos do chamado “pacote de habitação” lançado pelo presidente Lula no dia 07 de fevereiro de 2006. Empresários do setor avaliam que as medidas anunciadas poderão ser muito positivas para o País, pelas seguintes razões: o governo disponibilizou R\$ 18,7 bilhões para financiamento à habitação de mercado (recursos oriundos da caderneta de poupança) e à habitação de interesse social. Para as faixas de renda média e alta foram destinados recursos no valor de R\$ 8,7 bilhões, sendo operados pela Caixa Econômica Federal e bancos privados. Projeta-se uma oferta de 84 mil novas unidades habitacionais. O segmento de baixa renda (até 5 salários mínimos) foi contemplado com R\$ 10 bilhões, que deverão contribuir para a redução do déficit habitacional, pois se espera uma oferta adicional de aproximadamente 250 mil novas unidades habitacionais. Repercussão positiva também é esperada com a redução da alíquota de materiais da cesta básica da construção civil determinada pelo decreto nº 5.697/2006. Os produtos que eram taxados em 5% passaram a ter alíquota zero, enquanto os que possuíam alíquota entre 10% e 12% pagarão apenas 5% de IPI. Tal medida beneficia diretamente as pessoas que constroem ou reformam as suas residências, pois implica redução de preços no balcão das lojas de materiais.

Também se verifica a ampliação dos investimentos do Governo Federal em saneamento básico. Foram contratados R\$ 6,2 bilhões em projetos de abastecimento de água, serviços de esgotamento sanitário, destinação de resíduos sólidos e drenagem, beneficiando 6,9 milhões de famílias. Apenas o Programa Saneamento para Todos contratou, entre janeiro de 2003 e julho de 2005, R\$ 3,57 bilhões, 20 vezes o montante destinado nos quatro anos anteriores (1999 a 2002). No entanto, esse volume de investimento é insuficiente para atender minimamente as necessidades da população brasileira. Persistem problemas na área de financiamento a estados e municípios

causados pela baixa capacidade de endividamento. Outro fator que dificulta a ampliação dos investimentos no setor é a indefinição jurídica quanto à titularidade dos serviços de água e esgoto. Encontra-se em julgamento no Supremo Tribunal Federal uma Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIN que trata da titularidade desses serviços para municípios ou estados. Em 2005, por iniciativa do Ministério das Cidades, foi encaminhado ao Congresso Nacional projeto da Lei Geral de Saneamento, que trata das diretrizes gerais do sistema e do Plano Nacional de Saneamento, bem como da definição dos recursos da União, atualmente em tramitação na Câmara Federal.

A capacidade de pagamento também afeta financiamentos habitacionais para estados e municípios na esfera da oferta de moradias para populações pobres e nos projetos de melhorias habitacionais. Com a implementação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social existe um esforço do Governo Federal junto a estados e municípios no sentido de que sejam ampliados os recursos dos três entes governamentais para a habitação popular e uma maior focalização das ofertas destinadas ao público mais carente e aos projetos de urbanização de favelas, cortiços e palafitas. É de fundamental importância monitorar, com base no conjunto de medidas adotadas pelo Governo Federal, as respostas dos setores imobiliários, de mercado de crédito e da construção civil em geral no fortalecimento da habitação de interesse social. Torna-se relevante dialogar com os operadores do mercado da construção civil sobre a necessidade de ampliar a oferta de crédito e de imóveis, de forma mais aderente possível às necessidades das faixas de renda que podem ser atendidas pelo mercado habitacional.

4.5 - Educação

Na área de educação as ações do governo se voltaram para o aumento da inclusão social e a democratização do acesso à escola. O projeto de criação do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) - aprovado pela Câmara Federal e em processo de votação no Senado Federal – pretende atender 47 milhões de estudantes nos primeiros quatro anos de implantação, com investimentos de 4,3 bilhões por ano com recursos oriundos do Orçamento Geral da União. No ensino superior, a principal medida foi a criação do ProUni (Programa Universidade para Todos). Desde o seu lançamento em 2004, este programa concedeu 112 mil bolsas de estudo para jovens carentes; e em 2006 a previsão é de ofertar mais 130 mil bolsas de estudo. O Programa Brasil Alfabetizado destinado ao combate ao analfabetismo completou três anos com 5,3 milhões de pessoas beneficiadas e o Programa Fazendo Escola proporcionou a continuidade da alfabetização para outros 3,3 milhões de pessoas. Outras ações de destaque são a interiorização das universidades federais e a ampliação do ensino técnico profissionalizante.

Todavia, ainda é necessário muito investimento no sentido de ampliar o acesso a educação e principalmente, melhorar a qualidade do ensino no Brasil. Certamente, a conjugação de esforços entre governo, empresários e sociedade civil num grande mutirão pela universalização do ensino básico e pela melhoria da qualidade de ensino será um fator decisivo para que a sociedade brasileira possa de fato garantir que a educação brasileira alcance um patamar de qualidade que assegure ao Brasil melhorar a sua capacidade de criação de conhecimento e o aumento da competitividade.

4.6 - Financiamento do Desenvolvimento

Para compreendermos adequadamente os fatores limitantes da ampliação do crédito, elemento decisivo ao alavancamento dos investimentos e por conseguinte do próprio desenvolvimento, é necessário compreender parte da discussão econômica atual. Existe uma perspectiva mais conservadora que acredita na prevalência do Mercado no processo de investimento, tanto como financiador, quanto como realizador. Seguindo-se esta lógica, apenas os investimentos com elevado potencial de retorno econômico podem ser financiados, o que cria enormes dificuldades aos projetos estratégicos que visam impulsionar o desenvolvimento de regiões com grande potencial futuro. Tratando-se de países em desenvolvimento, tal perspectiva pode tornar-se um fator limitante da quantidade e da qualidade dos investimentos. Neste sentido, um

exemplo interessante é a área de saneamento básico, onde os projetos têm geralmente uma baixa taxa de retorno econômico, mas uma elevada taxa de retorno social.

Creemos ser necessária e salutar a superação de quaisquer dogmas que vinculem o desenvolvimento exclusivamente a atuação do Estado ou do Mercado. Na atualidade, ambos são centrais neste processo. Tomando-se mais especificamente a presença do Estado, ainda que com papel diferenciado em relação aos ciclos de desenvolvimento anteriores, não é razoável desconsiderar sua importância. Articular os projetos e os agentes privados e ainda participar do financiamento de longo prazo, abrindo espaço para captações com taxas de juros mais adequadas, nos parece o novo papel do Estado na promoção do desenvolvimento.

Deste modo, o grande desafio que se apresenta na atualidade é a estruturação de mecanismos e a ampliação de instituições, públicas ou privadas, capazes de financiar os investimentos de caráter produtivo e social, com taxas de juros e prazos apropriados e sem ameaçar a estabilidade econômica alcançada, tão cara a todos os brasileiros e fundamental para nosso desenvolvimento.

4.7 - A Questão Gerencial

Historicamente, a questão gerencial sempre compôs mais o discurso que a ação. Nos últimos governos, no entanto, esta lógica foi rompida. Entretanto, a visão adotada apontou na direção da redução do Estado, com a valorização, ainda que merecida, de algumas carreiras ditas típicas de Estado e a implementação de um processo, ora explícito, ora implícito, de terceirização de um grande número de atividades de apoio administrativo, consideradas padronizáveis. Lamentavelmente, áreas como as de Logística e Recursos Humanos foram incluídas no segundo grupo, sofrendo um longo e doloroso processo de esvaziamento.

Dentro de um quadro conceitual de Estado Mínimo, uma política de gestão como a descrita anteriormente, não se mostra problemática no curto prazo. Não obstante, quando chega ao poder um grupo político com compromisso social e uma visão mais atuante do Estado, sua capacidade de execução deteriora-se de forma muito rápida. No presente Governo este problema foi explicitado com a elevação do patamar de investimentos e de gastos sociais, já que estes dispêndios não foram imediatamente acompanhados do reaparelhamento dos órgãos de gestão dos Ministérios.

Embora esteja em curso um amplo processo de reversão deste cenário, com recomposição de quadros através de concurso público e substituições de mão-de-obra terceirizada em atividades inadequadas a este tipo de operação, a completa reversão do quadro de deterioração da capacidade operacional do Estado é uma tarefa que consumirá ainda mais recursos e levará um tempo considerável.

O grande desafio da questão gerencial é primeiramente manter o ritmo atual de recomposição da capacidade de realização do Estado Brasileiro, mas é também e na mesma medida, explicar para a sociedade que as contratações que estão sendo procedidas não são um processo de inchaço da máquina pública. Elas, ao contrário do que o senso comum pode pensar, não representam um peso maior sobre os contribuintes, mas sim a possibilidade concreta de se ampliarem os investimentos e os gastos sociais, com qualidade, economicidade, transparência e ética.

ANEXOS - Matérias aprovadas no Pleno

MOÇÃO APROVADA NA 12ª REUNIÃO PLENÁRIA DO CDES

Brasília, 19 de maio de 2005

Considerando que:

1. O Brasil vive um momento especial devido à conquista da estabilização da moeda, combinado com o início de recuperação da taxa de crescimento econômico e da geração de novos empregos;
2. As decisões de política macroeconômica devem ser tomadas de forma a absorver a sensibilidade dos diversos setores da sociedade preocupados com o desenvolvimento brasileiro e dispostos a se co-responsabilizarem por esta trajetória;

Os conselheiros, por maioria, recomendam:

A ampliação da composição do Conselho Monetário Nacional para no máximo nove integrantes, passando a incluir membros da sociedade, assegurada maioria aos representantes do Governo.



Presidência da República
Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

RELATÓRIO DO GRUPO TEMÁTICO MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, AUTOGESTÃO E INFORMALIDADE

Apresentação

O objetivo do Grupo Temático Micro e Pequenas Empresas, Autogestão e Informalidade, instalado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) em setembro de 2003, foi produzir enunciados de políticas públicas que atendam às necessidades e promovam o desenvolvimento das micro e pequenas empresas e empresas de autogestão, com o objetivo de gerar emprego e renda, e inclusão do setor informal da economia. Este grupo contou com o apoio do Departamento de Micro, Pequenas e Médias Empresas do MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior) e da Secretaria de Economia Solidária do Ministério do Trabalho. Foram realizadas ao longo de 2003 e 2004 uma reunião de instalação do GT e cinco reuniões de trabalho.

No ano de 2003, o trabalho do Grupo, desenvolvido em duas reuniões como atividade do CDES e do Fórum Nacional do Trabalho - FNT, contribuiu com um conjunto de sugestões ao Grupo Temático sobre Reforma Sindical e Trabalhista do Conselho.

Em 2004, a quarta reunião promovida pelo GT debateu as "Políticas Públicas de apoio a trabalhadores por conta própria, micro e pequenos empresários, cooperativas e associações de trabalhadores de baixa renda". Na quinta reunião discutiu-se a proposta do Ministério da Fazenda, na ocasião ainda em fase de elaboração, de "Formalização e Inclusão Social de Empreendedores de Baixa Renda". Na última reunião do Grupo, a Secretaria da Receita Federal apresentou as linhas gerais da proposta de regulamentação do regime tributário das micro empresas e empresas de pequeno porte.

O grupo de participantes reunido sob a denominação geral de informalidade e autogestão é muito representativo da diversidade de empreendimentos econômicos que compõem larga parcela da economia do País e que, no entanto, não encontram amparo legal para as suas atividades. Foi um enorme avanço trazê-los à cena pública e, de algum modo, legitimar a sua existência e as suas demandas. Estas também foram marcadas pela diversidade e por avançarem na discussão de novas questões que deveriam ser colocadas prioritariamente no combate à pobreza e no fortalecimento das atividades econômicas.

Embora diferenciadas, as demandas se concentram na necessidade de formulação de políticas públicas que tenham como objetivo dar respostas também diferenciadas às necessidades desses trabalhadores. Estas, é evidente, podem encontrar abrigo nas proposições e soluções que já foram apresentadas ao grupo e encaminhadas por representantes do Governo mas que exigem ainda maior aprofundamento e discussão porque deixam de lado formas diversificadas de inserção econômica.

Em relação ao segmento de micro e pequenas empresas e os empreendimentos informais, também contemplados no GT, sabe-se que há cerca de 5 milhões de empresas formais no Brasil, sendo que 99% são de porte micro e pequeno. Soma-se a este número, uma estimativa de mais 11 milhões de empreendimentos na informalidade, quase todos de porte micro. Da população de 170 milhões de brasileiros, 85 milhões compõem a População Economicamente Ativa (PEA), dos quais 10,6 milhões trabalham no Estado e em grandes empresas; 6,4 milhões em médios empreendimentos; 14,5 milhões têm empregos formais nas

micro e pequenas empresas; e 53,5 milhões (63%) na informalidade. Além disso, 8,5 milhões estão desempregados.

Portanto, a informalidade das empresas e do trabalho é superior ao do campo formal-legal, favorecendo a existência de atividades geradoras de baixa renda e de exclusão social, entre outros fatores. É este quadro que deve ser invertido, tendo como caminho uma revisão da legislação em pontos específicos, conforme sugerimos neste relatório.

Como explicou o Ministro Jaques Wagner na última reunião, estes temas ainda poderão ser tratados em outras esferas do Conselho e todas as discussões e recomendações produzidas durante as reuniões serão sistematizadas e encaminhadas aos ministérios finalísticos e para o Presidente da República, após a aprovação do Pleno do CDES. O Ministro ressaltou ainda que várias das recomendações, inclusive, já foram incorporadas a políticas e programas do Governo, como é o caso da proposta de inclusão de empreendedores de baixa renda e da Política de Microcrédito Orientado, cuja lei foi sancionada pelo Presidente Lula no dia 25 de abril de 2005.

Foi constituída uma comissão de sistematização dos trabalhos do Grupo da qual participaram o conselheiro do CDES e presidente da Associação Nacional de Sindicatos da Micro e Pequena Indústria, Joseph Couri; o Presidente do Movimento Nacional de Micro e Pequenas Empresas, José Tarcísio da Silva; e a Professora da USP, Sylvia Leser de Mello, ambos participantes do GT. A Comissão elaborou este relatório sintético, consolidando as principais discussões, análises e recomendações do GT para apreciação dos conselheiros.

PROPOSTAS

1. Atualização do teto do SIMPLES: criado pela Lei 9.317 de 5/12/96, o valor do teto das empresas enquadradas neste regime continua o mesmo R\$ 120 mil anuais para micro empresas. A atualização já foi adotada na Lei do Estatuto das Micro e Pequenas Empresas. Para exemplificar, o critério do BNDES considera micro com faturamento até R\$ 1,2 milhões e pequenas até R\$ 9,5 milhões, valores correspondentes aos tetos de exportação no Mercosul. A atualização deveria atingir, no mínimo, R\$ 3 milhões para as pequenas empresas;

2. Desonerar de tributos as exportações das empresas aderentes ao SIMPLES: devem ser excluídos os valores exportados da base de cálculos para fins tributários, pois as micro e pequenas são as únicas que pagam impostos sobre o que exportam;

3. Permitir o fechamento de empresas por declaração: uma única empresa de um cidadão poderia ser assim encerrada, pois a mortalidade das novas empresas atinge 70% em três anos, tendo como principal causa inexperiências do empreendedor. Atualmente é quase impossível o fechamento de empresas, o que limita a abertura de uma nova empresa, mantendo muitos empreendedores na informalidade;

4. Viabilizar o acesso de micro e pequenos empreendimentos ao crédito, sem as exigências de apresentação de certidões negativas: deve-se criar mecanismos para garantia como fundos de aval ou seguro de garantia financeira. A exigência de certidões negativas da Dívida Ativa da União, do CND junto ao INSS, da Regularidade do FGTS, da Certidão junto à Receita Federal, do CADIN, de Execuções Fiscais impede a imensa maioria de empresas brasileiras com alguma inadimplência - em certas regiões são 80% - a recorrerem a créditos que podem viabilizar sua sobrevivência e mesmo o pagamento dos débitos;

5. Gerar políticas de apoio ao trabalhador em atividade informal: devem ser criadas formas de treinamento e capacitação, além de incluir a economia solidária no SIMPLES e validar novas formas de associativismo, com alíquotas inferiores ao mínimo atual;

6. Ampliar o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado: a ampliação deve ser feita de forma a incluir entre os beneficiários cooperativas e outras modalidades de trabalho associado, mediante a criação de linhas de crédito que adotem como teto o do microcrédito multiplicado pelo número de trabalhadores associados.



**Presidência da República
Secretaria de Relações Institucionais
Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social**

GRUPO DE ACOMPANHAMENTO DA CONJUNTURA ECONÔMICA - GACE

GRUPO DE TRABALHO SOBRE DESINDEXAÇÃO DA ECONOMIA

Relatório Final

HISTÓRICO

O Grupo de Acompanhamento de Conjuntura Econômica (GACE) do CDES decidiu, em sua reunião de 28 de julho do corrente, designar um grupo de trabalho para tratar da questão da desindexação dos contratos públicos e privados, especialmente dos serviços em regime de concessão, cuja proposta foi encaminhada pelo conselheiro Luiz Carlos Delben Leite na reunião do pleno do CDES de 19 de maio de 2005.

Nos encontros do Grupo de Trabalho, que contaram também com a participação de representantes dos diversos órgãos de governo, direta ou indiretamente relacionados com a supervisão de contratos de concessão, ficou evidente que se trata de assunto de grande complexidade dada a diversidade das características dos diversos tipos de serviços e preços hoje indexados.

Conclusões

A partir das exposições e debates ocorridos durante os encontros do Grupo de Trabalho designado pelo GACE, são as seguintes as principais conclusões a que chegou o grupo:

1. Há grande heterogeneidade nos modelos regulatórios vigentes e é preciso buscar soluções que garantam maior estabilidade aos preços dos bens e serviços em setores regulados, observando-se os contratos existentes e mantendo-se o equilíbrio econômico-financeiro dos mesmos, bem como a rentabilidade indispensável para a expansão dos investimentos. Portanto, as medidas a serem adotadas em decorrência das recomendações emanadas deste GACE devem ser fruto de diagnósticos setorializados e ainda levar em consideração as diferentes lógicas de estabelecimento de preços nos diversos setores.

2. Foi unânime a constatação da necessidade de se investir em reforço técnico e institucional das agências reguladoras e de seus respectivos ministérios supervisores. É necessário, portanto, aparelhar e qualificar sistematicamente as agências e os ministérios supervisores com recursos humanos e orçamentários necessários ao desenvolvimento das atividades de formulação de políticas, planejamento e regulação.

3. A partir da análise caso a caso da adequação e viabilidade prática, propõe-se que os reajustes das tarifas sejam baseados em índices setoriais de preços, de preferência elaborados por órgão público (o IBGE, por exemplo), descontados de um fator de produtividade específico para cada

setor. Enquanto não se disponha de índices setoriais efetiva e comprovadamente representativos e consistentes deverá ser usado, substitutivamente, o IPCA, do qual deverá, igualmente, ser descontado um fator de produtividade.

4. Ficou claro também que a indexação pelo IGP, hoje praticada, é inadequada pois esse índice: (i), tem se mostrado inadequado devido à sua excessiva volatilidade, reflexo de sua grande sensibilidade às flutuações de preços no atacado, o que acabou por pressionar sobremaneira a inflação; (ii), tem fraca relação com os custos dos diversos setores que têm seus preços a ele indexados. É patente a importância de que o índice utilizado seja menos volátil e mais relacionado com a evolução do poder de compra da população. Não obstante, entende-se que deve ser avaliado o momento certo de se mudar o indicador, uma vez que será justamente a partir do ano que vem, 2006, que o recuo cíclico dos índices fortemente influenciados pelo câmbio se fará sentir mais efetivamente. As revisões tarifárias, contudo, representam instrumentos regulatórios que tendem a minimizar as distorções associadas aos índices de preços aplicados nos reajustes e devem ser usados com este propósito, quando for o caso.

5. Concluiu-se que o aprimoramento do cálculo do fator de produtividade – dito “fator x” – permitirá dar mais acurácia e precisão aos mecanismos de reajuste e de revisão contratuais. É importante que se utilize esse mecanismo para efetivamente repassar aos consumidores parcelas dos significativos ganhos de produtividade eventualmente logrados pelas empresas concessionárias.

6. As revisões tarifárias, nas quais é reexaminado o equilíbrio econômico-financeiro de todas as concessões, devem ser utilizadas como instrumentos a favor dos interesses dos usuários e dos concessionários, de forma a garantir que esse equilíbrio seja feito de forma efetiva e isenta, considerando também a necessária incorporação das evoluções tecnológicas ocorridas no período e o compartilhamento de eventuais ganhos marginais, devendo ainda obedecer aos períodos previstos. A periodicidade e a regularidade (em períodos de três a cinco anos, dependendo do setor) das revisões tarifárias mitiga eventuais distorções embutidas nos índices de preços aplicados nos reajustes.

7. É provável que o transporte urbano seja o serviço público em que há mais aperfeiçoamentos regulatórios a serem feitos e o capaz de trazer maiores resultados sociais. Uma reavaliação geral dos marcos regulatórios vigentes deve ser promovida de forma dialogada, envolvendo governo federal, estados e, sobretudo, municípios, buscando a modernização dos modelos utilizados no sentido das melhores práticas mundiais. Caso a caso, deve ser avaliada a possibilidade de desonerações tributárias a serem

negociadas com estados e municípios, que podem, com um impacto fiscal insignificante, garantir importantes reduções nos índices gerais de preços.

8. Sugere-se a criação de um fórum onde as agências reguladoras discutam entre si as suas experiências individuais para promover um processo mais rápido de aprendizagem e capacitação, uma vez que se observou uma estanqueidade desaconselhável que impede o aproveitamento das experiências exitosas obtidas individualmente pelas mesmas.

9. Por fim, sugere-se também a criação de grupos permanentes de acompanhamento dos reajustes e revisões de cada setor regulado, com participação efetiva de representantes indicados pela sociedade civil, sem embargo dos mecanismos de controle social e de ouvidoria já previstos no projeto da nova “Lei das Agências”, ora em exame no Congresso Nacional.

GRUPO DE TRABALHO

- Conselheiro Antoninho Trevisan,
- Conselheiro Benjamim Steinbruch,
- Conselheiro Clemente Ganz Lúcio
- Conselheiro Fernando Xavier
- Conselheiro Jorge Nazareno
- Conselheiro José Antônio Moroni
- Conselheiro Luiz Carlos Delben Leite
- Conselheiro Márcio Cypriano
- Conselheiro Maurílio Biagi
- Conselheiro Paulo Godoy
- Conselheiro Paulo Velhinho
- Conselheiro Rodrigo Collaço

Convidados:

- Elifas Gurgel do Amaral – Presidente Executivo da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL
- Jerson Kelman – Diretor Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.
- Luiz Milton Veloso da Costa - Assessoria Especial da Presidência da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA
- Wasmália Socorro Bivar – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
- Paulo Fernando Simões – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
- Hélcio Tokeshi - Secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda
- Marcelo Saintive – Secretário Adjunto de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda
- Elbia Melo – Economista-chefe da Assessoria Econômica do Ministério de Minas e Energia
- Ivone Oliveira – Assistente da Assessoria Econômica do Ministério de Minas e Energia
- Roberto Pinto Martins – Secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações
- Antônio José Alves Junior – Assessor-chefe da Casa Civil
- Carlos Henrique Brasil de Carvalho – Assessor da Casa Civil
- Erik Brigante Del Porto – Assessoria Especial da Presidência da República

ATIVIDADES REALIZADAS

- 1. Reunião do Grupo de Acompanhamento da Conjuntura Econômica – GACE – do CDES**
Data: 28/07/2005, Salão Oval do Palácio do Planalto, Brasília.
Pauta: Debate preliminar com base na proposta do Conselheiro Luiz Carlos Delben Leite sobre desindexação da economia.

- 2. Reunião do Grupo de Trabalho do GACE sobre Desindexação**
Data: 16/08/2005, Salão Oval do Palácio do Planalto, Brasília.
Pauta: Aprofundamento do debate e início de acordos sobre pontos a serem recomendados.

- 3. Reunião do Grupo de Trabalho sobre Desindexação**
Data: 13/09/2005, Salão Oval do Palácio do Planalto, Brasília.
Pauta: Debate e acordo sobre o Relatório Final.